

Ata Circunstanciada da 28ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA
28ª SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER OS INTERESSES COLETIVOS NA REVISÃO DO
PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – PDOT,
DE 10 DE ABRIL DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H02

TÉRMINO ÀS 19H10

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – De acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.862/2025, de autoria do deputado Gabriel Magno, e conforme art. 131, § 4º, está aberta a sessão ordinária, que se transforma em comissão geral para debater os interesses coletivos na revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Eu mesmo presidirei os trabalhos da comissão geral.

Convido as senhoras e os senhores deputados, bem como todos e todas que desejarem participar do debate, a virem para o plenário.

Suspendo a presente comissão geral.

(A comissão geral é suspensa.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Declaro reabertos os trabalhos desta comissão geral.

Quero dar boas-vindas a todos e todas presentes nesta comissão geral para debater os interesses coletivos na revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT.

Eu convido para compor a mesa: o promotor de justiça da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística do Ministério Público do Distrito Federal, a Prourb, Dênio Augusto de Oliveira Moura – a quem agradeço não só a presença, mas também todo o empenho do Ministério Público neste processo, acompanhando o debate do PDOT, que é tão importante para a nossa cidade –; a chefe da Unidade de Estratégias de Gestão da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Territorial da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, a Sema, Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira; o representante dos movimentos Andar a Pé e Rodas da Paz, da Câmara Temática no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, o Conplan, Benny Schvarsberg – que também é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília –; a representante do movimento Fórum de Defesa das Águas do Distrito Federal, Lucinha Mendes – ela já incorporou o diminutivo do próprio nome, bem como a Serrinha do Paranoá –; e o cacique Josiel Hujk – a quem agradeço a presença. (Palmas.)

Peço licença aos integrantes da mesa e aos presentes no plenário para inverter a ordem de concessão da palavra.

Concedo a palavra ao cacique Josiel Hujk.

JOSIEL HUJK KRAHÔ-KANELA – Boa tarde. O meu nome é Josiel Hujk. Sou do povo Krahô-Kanela do estado do Tocantins, município de Lagoa da Confusão.

Nós viemos para o Acampamento Terra Livre, a maior mobilização indígena do Brasil para reivindicar o nosso território, que precisa ser demarcado, e para discutir os efeitos climáticos e o

desmatamento. O nosso território está muito degradado.

Quero cumprimentar a mesa e a plenária. É a primeira vez que venho a esta casa.

Muito obrigado, presidente. Agradeço a todos. Obrigado.

São essas as minhas palavras. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, cacique Josiel.

Quero falar da importância do Acampamento Terra Livre, que todo ano tem vindo a Brasília. Ele é fundamental para a demarcação, para a luta do marco temporal. O Acampamento Terra Livre recebe toda a mobilização dos povos originários deste país.

Quero até lamentar um fato. Recebemos uma denúncia, agora há pouco, de que as forças de segurança do Distrito Federal estavam no Acampamento Terra Livre e agiram de maneira muito truculenta com várias pessoas que estavam lá. Pedimos publicamente ao Governo do Distrito Federal que reveja essa postura, visto que não existe nenhum problema do ponto de vista da ordem na ocupação e do ponto de vista da legalidade da ocupação. Como poder público e capital deste país, o ideal é que possamos receber essas pessoas da melhor maneira possível e apoiá-las nessa luta tão fundamental pela democracia e pela justiça neste país.

Quero agradecer ao cacique, mas quero também deixar esse recado para o Governo do Distrito Federal.

JOSIEL HUJK KRAHÔ-KANELA – Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Quero iniciar o nosso debate sobre o PDOT, combinando que primeiro falarão os integrantes da mesa e, depois, abriremos as inscrições para as falas de quem está acompanhando.

Estamos em um estágio do PDOT, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. É importante explicar isso para as pessoas que estão assistindo a esta reunião. Essa sopa de letrinhas, às vezes, nos confunde. Houve o PPCUB, agora é o PDOT. Depois, vem a Luos, o PDTU... É um monte de letras, e nós vamos nos perdendo da relação que todas essas coisas têm com a nossa vida.

O PDOT é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Talvez, ele seja o principal instrumento que temos. Aprendi com o professor Benny que podemos resumir o PDOT numa frase singela: o PDOT é a disputa sobre quem vai ficar com o quê na cidade.

É o PDOT que dá as diretrizes se haverá, em determinadas áreas da cidade, equipamentos públicos, projetos de moradia popular ou condomínios de luxo. É o PDOT que diz se vamos avançar na expansão urbana ou na preservação ambiental, se vamos proteger as áreas de nascentes e os recursos hídricos ou se vamos avançar na legalização de um problema histórico do Distrito Federal, que é a grilagem de terras. É o PDOT que vai determinar essas questões. Temos que fazer uma boa análise do presente e do passado do Distrito Federal e pensar no futuro. É o PDOT que vai – ou deveria – organizar e determinar as prioridades do orçamento.

Está presente a esta audiência pública o deputado Chico Vigilante, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta casa.

Deputado Chico Vigilante, vossa excelência quer compor a mesa conosco? (Pausa.)

Fique à vontade para fazer uso da palavra quando quiser.

O PDOT está na fase de consultas públicas, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, a Seduh, que foi convidada para participar desta audiência pública e, infelizmente, disse que não poderia comparecer. Agradeço a presença da Sema, que representa o Poder Executivo, mas acho que a presença da Seduh também seria fundamental, visto que é ela que coordena esse processo.

Já identificamos uma preocupação nesta etapa atual de escuta e de reuniões públicas territoriais e temáticas do PDOT. Inclusive, está marcada para este mesmo horário uma dessas reuniões temáticas sobre a questão ambiental e das águas. Lamentamos isso. Tentamos conciliar um pouco as agendas, mas não foi possível.

A nossa preocupação é com a efetividade desse processo. Primeiro, ele precisa ser mais amplo e participativo e, de alguma maneira, incorporar o conjunto das propostas e das manifestações que têm surgido nos espaços. Nas reuniões que têm acontecido, não nos parece que o conjunto das preocupações que têm sido levantadas pela comunidade do Distrito Federal está sendo ou será, de

fato, incorporado ao texto que será encaminhado a esta casa.

É importante lembrar que o PDOT ainda não está na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esperamos que ele aqui chegue incorporando, ao máximo, o conjunto das reivindicações e das preocupações que a sociedade civil tem levantado sobre os problemas do Distrito Federal. Também esperamos que, quando ele chegar à Câmara Legislativa, sejam respeitados os ritos regimentais da casa e de escuta nas audiências públicas. Queremos a formatação de um texto com maior capacidade coletiva para pensarmos nos desafios e problemas da nossa cidade.

Espero termos aprendido com os erros do PPCUB. Não sou eu que estou dizendo que houve erro. O próprio governador, quando o PPCUB foi aprovado na Câmara Legislativa, precisou usar o instrumento do veto para vetar vários dispositivos, não só das emendas que os parlamentares apresentaram, mas também do texto original. Eles foram vetados após a aprovação nesta casa pela falta de tempo necessário e de diálogo. Durante a votação e depois da aprovação do PPCUB, descobrimos, em uma peça, obviamente, muito complexa, vários problemas na cidade. Alguns deles, infelizmente, continuaram – o governador não vetou todos –, e há vários problemas desafiadores. Espero que possamos aprender com esse processo para não repetir a experiência ruim no PDOT. Como eu disse, foi preciso que o governador acionasse o dispositivo que ele tem de vetar proposições – que ele mesmo encaminhou a esta Câmara Legislativa – após a votação. Essa é uma perspectiva importante.

Inicialmente, quero mencionar uma questão para o debate sobre a qual vamos conversar ao longo da nossa tarde. É fundamental entender – porque temos escutado muito por parte da Seduh que a atualização e a revisão do PDOT são necessárias – a argumentação central: garantir o desenvolvimento do Distrito Federal. Ninguém é contra o desenvolvimento do Distrito Federal, mas se tenta criar uma dicotomia ou um antagonismo entre aqueles que vão defender o desenvolvimento do Distrito Federal e aqueles que vão defender a preservação do Distrito Federal do ponto de vista ambiental, social, cultural e de identidade. Aliás, o que há de mais atual no mundo é a correlação entre estes 2 temas: a preservação anda junto com o desenvolvimento, um não impede o outro.

É fundamental ter isso como premissa básica, porque parece que, na cabeça de quem está responsável pelo desenho do PDOT – esse instrumento que vai ser tão importante para a cidade –, o desenvolvimento é igual ao desenvolvimento de um pequeno setor da atividade econômica, como o da construção civil. A construção civil faz parte do chamado setor produtivo, mas ela representa uma pequena parte do dito desenvolvimento. Há várias outras. Vamos retirar do escopo do desenvolvimento, do setor produtivo, quem faz cultura no Distrito Federal? Brasília é o maior patrimônio cultural da humanidade em termos de área tombada e protegida pela Unesco. Vamos retirar da concepção de desenvolvimento e setor produtivo – que produz riqueza – aqueles que preservam a área verde no Distrito Federal; que produzem alimentos saudáveis; que fazem a agricultura familiar, sem agrotóxico e sem veneno; que cuidam dos nossos recursos hídricos; que garantem, inclusive, que outras atividades possam ser desenvolvidas, porque estão preservando o bem mais precioso que temos: a água? Aprendi com minha professora Lucinha que a água vem antes de tudo, até mesmo antes de Deus, pois já estava lá quando Deus criou o mundo e a luz. A água é sagrada e necessária para tudo que fazemos.

Queremos um Distrito Federal que diversifique sua matriz econômica, gere desenvolvimento, mas que também combata as injustiças sociais e desigualdades. Queremos o combate às profundas desigualdades nesta cidade, onde, de um lado, há o Lago Sul, com um IDH próximo ao dos países mais ricos do mundo; e, por outro lado, Santa Luzia e outros territórios muito vulneráveis, que são comparados aos países mais pobres do mundo. Esta é a capital do país, uma cidade muito desigual.

O PDOT deve ser um instrumento para estabelecermos parâmetros e acordos coletivos entre sociedade, poder público, Executivo, Legislativo, Judiciário, órgãos de controle e sociedade civil, e construirmos uma capital idealizada por Juscelino Kubitschek: a capital da esperança e da democracia; a casa dos brasileiros e das brasileiras.

Iniciamos esta comissão geral levantando essas preocupações e pensando nas soluções.

Estão aqui a Maria Sílvia, o Igor e a Luizinha. Quem quiser deixar contribuições pode fazê-lo por escrito, não necessariamente precisa ser na fala. Vamos incorporar e acompanhar, nesse processo de elaboração do PDOT, o conjunto delas. Repito que, quando esse processo chegar a esta casa, garantiremos que ele seja feito da maneira mais transparente e democrática possível.

Passaremos para as nossas falas.

Lucinha, como você tem um vídeo, podemos começar com você. Depois de assistirmos ao

vídeo, você pode falar.

Peço mil desculpas, mas estava previsto aqui e eu não havia visto que ela já havia chegado. Quero chamar, representando o Movimento de Defesa da Serrinha do Paranoá, a querida Betúlia Souto. (Palmas.)

Deputado Chico Vigilante, se o senhor quiser fazer uso da palavra antes do vídeo, fique à vontade.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Pessoal, boa tarde a todas e a todos.

Eu moro na Ceilândia desde 1977. Portanto, acompanhei de perto todo o processo de desenvolvimento e de destruição do Distrito Federal. A impressão que tenho, e creio que todos nós temos a mesma impressão, é de que se criou no Distrito Federal uma modalidade em que as autoridades deixam que as terras sejam ocupadas irregularmente para que depois seja feito o processo de legalização. Ocupam a terra desordenadamente, destroem-na e depois legalizam.

Isso já vem de muito tempo e envolve a população de classe média alta e também os pobres. Por exemplo, Vicente Pires era uma área originalmente pensada para ser de preservação. Era o cinturão verde. Parece que aterraram mais de 700 nascentes para que aquela região pudesse existir. Em Águas Claras, que aparentemente foi planejada, eu tenho notícias de que, ainda hoje, há prédios com bombas de sucção no subsolo, 24 horas funcionando, para poder bombear a água das nascentes que existem ali.

O Sol Nascente, que eu conheço profundamente, era uma área pantanosa. Houve uma orientação de determinadas correntes políticas no Distrito Federal, como havia muitos buritizeiros naquela região, para que as pessoas drenassem a água, a fim de que eles morressem e a terra pudesse ser ocupada. Portanto, matavam os buritizeiros e depois ocupavam o local. Isso é real, aconteceu e não faz muitos anos. Agora está aí o resultado.

Se observarmos a outra ponta – que não é do Distrito Federal, mas, como não existe interligação, os governos não se comunicam –, há a Barragem do Descoberto, que abastece 60% da população do Distrito Federal. A Barragem do Descoberto corre o risco, sei lá em quantos anos, de secar, porque as nascentes foram destruídas lá em Águas Lindas de Goiás. Eu estive no local onde eram as nascentes do Descoberto. Saíam borbulhas de água e agora está tudo tomado de moradias. Vai suportar? Não vai.

Naquela área pantanosa do Sol Nascente, eu vi riozinho de água cristalina onde havia piabinhas. Hoje, só se veem barracos. E agora há a questão da 26 de Setembro, da Cana do Reino e outras que já estão maiores que Vicente Pires. É uma área dentro da Floresta Nacional. Houve uma jogada demagógica de se apresentar um projeto na Câmara dos Deputados, que foi votado com a maior urgência para se dizer que estava legalizada. Está lá agora. Vão tirar aquele povo? Não vão, por mais que haja ações do Ministério Público e medidas judiciais. No RK, há uma decisão judicial determinando a sua retirada. Vão tirar? Não vão, gente.

Portanto, é como se estivéssemos enxugando gelo. O PDOT não pode ser uma licença para dizer: "Continuem invadindo que daqui a 10 anos nós legalizamos". Ele tem que dar um recado de que não vale a pena continuar invadindo as áreas do Distrito Federal. Ele tem que servir pelo menos para isso; se ele não servir pelo menos para isso, acho que estaremos completamente destruídos. Não foi isso que Juscelino pensou, não foi isso que Lucio Costa pensou, não foi isso que os idealizadores pensaram. Nós temos a obrigação de, em memória deles, não permitir que isso aconteça.

Essas são minhas palavras, deputado. Peço licença para me ausentar em razão de outras atividades. Quero parabenizá-lo pela iniciativa da comissão geral no dia de hoje.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Vamos assistir ao vídeo.

(Exibição de vídeo.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Concedo a palavra à Lucinha Mendes.

LUCINHA MENDES – Boa tarde a todos.

Considerando o tempo reduzido e o número expressivo de inscritos para falar, solicitei a

exibição de um vídeo que sintetiza boa parte da mensagem que temos levado, como representantes da sociedade civil, às reuniões sobre a discussão do PDOT.

Nosso principal desafio, nas primeiras reuniões realizadas na Seduh em que participamos como sociedade civil, foi inserir a pauta da água, do meio ambiente e, sobretudo, da sobrevivência da vida humana neste território como eixo central do projeto de revisão do plano diretor.

Fiz questão de trazer esse vídeo, e lamento que alguns presentes estivessem distraídos em seus celulares, pois não viram a imagem devastadora da área onde se pretende implantar um novo setor habitacional na região da Serrinha. Trata-se de uma área imensa de Cerrado que poderá ser suprimida para dar lugar a um setor habitacional, localizada sobre uma área de recarga. O impacto disso é dramático: a imagem exibida é, de fato, uma crônica de uma morte anunciada.

Em 2009, quando ocorreu a discussão anterior do PDOT, os parlamentares da época não tinham conhecimento dos dados atuais. Um exemplo é o atual presidente do Ibram, Roney Nemer, com quem estivemos recentemente para parabenizá-lo por sua nova gestão. Em nossa conversa, ele nos relatou sua preocupação, pois participou daquela discussão, e, de fato, segundo ele, não viram essa situação, pois os estudos disponíveis à época apontavam apenas 9 nascentes na região da Serrinha. Entretanto, entre 2016 e 2017, por iniciativa da sociedade civil – liderada, na ocasião, pela Administração Regional do Lago Norte, o Instituto Oca do Sol e a UnB –, foram mapeadas mais de 100 nascentes na mesma região. As áreas hoje consideradas como desprovidas de nascentes e de córregos é exatamente a área onde a água infiltra, pois a água não infiltra em nascentes; em nascentes, a água brota.

Então é esse tipo de conhecimento técnico... E hoje temos ouvido – estão aqui representantes da sociedade civil no CGP, o Jaganu, a Betúlia, a Stella e o Antônio – em diversas falas dos técnicos da Seduh uma promessa de que a proposta final será técnica a fim de reduzir ao mínimo as emendas parlamentares nesta casa. Soube, inclusive, por meio de conversas nos corredores, Keka, confirmadas por falas do próprio secretário em entrevistas à imprensa, que há uma intenção de alinhar o projeto com os parlamentares para evitar emendas parlamentares quando a proposta chegar à Câmara Legislativa.

Diante disso, esse discurso técnico nos motivou, como sociedade civil, a buscar um conhecimento mais profundo sobre o nosso território. O vídeo exibido traz um debate e uma lição da escola que vale para todos nós: antes de colocar algo em cima de qualquer pedaço de território do DF, precisamos compreender que impacto aquilo vai provocar.

Hoje vejo este plenário não cheio de deputados, mas cheio de lideranças comunitárias. Vejo o pessoal do Lago Oeste, do Lago Norte, do Lago Sul, do Altiplano Leste, do Riacho Fundo, do Park Way, de Ceilândia, de Samambaia, de Planaltina, de Águas Emendadas, do Jardim Botânico, do Tororó, do Gama, da Serrinha do Paranoá, além de importantes representantes de entidades e movimentos – e eu não vou conseguir citar todos. Vejo o Instituto Arayara, que teve um papel fundamental na defesa da região de Samambaia contra a instalação de termelétrica; a Associação Terrazul; o Instituto Oca do Sol; o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal, que se faz presente na pessoa de sua presidente Alba. Portanto, esse grupo é extremamente representativo, representa várias regiões desta cidade.

Quando defendemos que fosse ampliado o prazo para discussão de propostas, deputado, foi porque essa revisão do PDOT necessitou de 6 anos para fazer um diagnóstico, levantar algumas informações técnicas e algumas informações da comunidade – na hora de construirmos as propostas! Fomos também surpreendidos pelo advento dos extremos climáticos, que chegaram sem pedir licença e que demandam urgência e prioridade nessa pauta. Nessa hora, temos de resolver tudo em semanas, em dias, porque senão vai politizar o debate, como se o debate já não fosse político.

Trago essa mensagem do fórum que represento e que se articula com diversas entidades da cidade inteira. Deixo este desafio: ou nós aprendemos com os erros, nós aprendemos a nos adaptar aos novos desafios que temos de enfrentar, ou nós não vamos construir uma cidade para um futuro de pessoas, nós vamos construir uma cidade fantasma. Daqui a alguns anos – e não estamos falando de décadas –, vamos assistir a mil novas propostas de ocupação, de prédios, de novos setores habitacionais, e a cidade vai ser fantasma, porque as pessoas não vão conseguir morar nela. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem, Lucinha.

Antes de passar a palavra ao Benny, quero fazer só alguns comentários.

Primeiro, com todo o respeito aos técnicos da Seduh, que desempenham um papel importante

nesses estudos e levantamentos, quero dizer que essa dicotomia entre o técnico e o político é algo que não existe, até porque a matéria será votada por uma casa política; senão, o PDOT não precisaria vir a voto. Será nesta casa que nós vamos também, obviamente, debater e reivindicar o direito parlamentar.

Nós estávamos falando sobre o último PDOT, de 2009, e a deputada federal Erika Kokay sempre conta uma história sobre ele – como ela já a contou publicamente, eu não cometo nenhuma indelicadeza ao contá-la. Quando ela era deputada distrital, houve uma cena em que ela – assim ela conta – ficou assustada quanto ao PDOT. O secretário de Desenvolvimento Urbano, ou algum representante, montou uma mesinha ao lado do plenário da Câmara Legislativa para negociar emendas. (Risos.)

Obviamente, esse não é o tipo de modelo que nós queremos no PDOT. Mas já registro mais um encaminhamento desta audiência, que é o reforço para o pedido da Seduh. Encaminharemos por esta casa a ampliação do prazo de emendas, de contribuições para a Seduh incorporar isso.

O Benny Schvarsberg está representando o Andar a Pé e o Rodas da Paz, no Conplan, que é um conselho importante nesse processo. Diga-se passagem, esta casa, há pouco tempo, aumentou o jeton em 240%. Foi um reajuste muito grande para os conselheiros do Conplan, que estão avaliando vários projetos para a cidade e deliberando sobre eles. Causaram-nos muita preocupação 4 deles que estavam na pauta desta semana do Conplan.

O primeiro se refere ao Pátio Ferroviário – uma área do Exército, atrás da rodoferroviária – e sua destinação para ser um bairro de classe média e classe média alta, que teve origem no governo federal anterior. O segundo se refere à Reserva do Vale, no Jardim Botânico, um loteamento também de classe média e classe média alta, em que existem alguns interesses comerciais de grupos econômicos que fizeram parte da estrutura do Governo do Distrito Federal. O terceiro se refere ao Viva Exclusive Tororó, outro loteamento de classe média e classe média alta, em que há interesses de algumas empresas, nesse caso, a Geológica; já está carimbado e teleguiado, mais um empreendimento com lucro para alguns. O quarto é o Residencial Hibisco Altiplano Leste, outro loteamento de classe média e classe média alta.

Ressalto que a Keka está presente e representa o mandato do deputado Fábio Félix.

Surpreende-nos que essa seja a preocupação não só do Conplan, mas também do Governo do Distrito Federal, no meio do processo de debate do PDOT. Essa é a cidade que nós queremos e de que precisamos? Uma cidade com mais loteamentos de condomínios de classe média alta, de alto padrão, enquanto ainda vivemos tantas adversidades? Cito mais uma vez a presença da Keka, que tem acompanhado muito de perto essa luta de várias famílias que precisam de moradia, que precisam de política habitacional, que estão em situação de vulnerabilidade, em situação de rua. Qual é a prioridade do Governo do Distrito Federal? Faço esses comentários a partir da fala importante da Lucinha, porque vários desses empreendimentos, Lucinha, como você mencionou o caso da Serrinha, também estão em áreas de preservação e em áreas com importantes recursos hídricos na nossa cidade.

Registro a presença do Samuel Araújo, secretário da Comissão de Assuntos Fundiários, cuja presidente é a deputada Jaqueline Silva. Assim que o PDOT chegar a esta casa, ela será a relatora, provavelmente. Ela é a presidente da comissão que vai analisar o PDOT. Registro também a presença do Fábio Fuzeira, assessor da deputada Paula Belmonte, que também acompanha esta comissão geral; além dos nossos assessores e servidores da Comissão de Educação e Cultura desta casa.

Concedo a palavra ao Benny Schvarsberg.

BENNY SCHVARBERG – Obrigado. Boa tarde a todas e todos.

Agradeço ao deputado Gabriel Magno o convite. Cumprimento-o, assim como os meus colegas à mesa: o doutor Dênio, da Proub; a doutora Terezinha, da Secretaria de Meio Ambiente; e as minhas companheiras de batalha permanente e cotidiana, a Lucinha e a Betúlia.

Eu vejo aqui também inúmeras companheiras e inúmeros companheiros de jornada, ativistas da luta em defesa da nossa cidade, de uma cidade mais justa, inclusiva e social e ambientalmente sustentável.

Eu quero, em primeiro lugar, lembrar que o Estatuto da Cidade – a Lei nº 10.257/2001 –, que é muito celebrado no Brasil e no mundo como um marco de avanço, define que o plano diretor dos municípios – o Distrito Federal é, ao mesmo tempo, município e Estado, ele acumula essas características – é o principal instrumento de organização do território dos municípios, o que inclui território urbano, rural, áreas de proteção ambiental, integral, unidades de conservação etc. Há um ponto importante a se destacar: esse estatuto diz que o plano diretor é o principal orientador das leis

orçamentárias anuais, que definem a prioridade dos investimentos públicos e privados. Esse é um ponto importante para questionarmos o seguinte: em algum momento, o PDOT vigente, aprovado em 2009 e revisto em 2012, orientou a prioridade dos investimentos públicos e privados no Distrito Federal? Eu creio que não. Isso quer dizer que ele foi um plano de prateleira, de gaveta, em nada ou quase nada implantado.

O segundo ponto que eu quero comentar é que o PDOT vigente, aprovado em 2009, foi alvo de uma ação judicial que suspendeu a eficácia de mais de 40 artigos. Eu não sei se vocês se lembram disso, foi no governo Arruda. Por essa razão, um novo PDOT, que, na verdade, é muito parecido com o anterior, foi novamente submetido à aprovação em 2012 e definiu – ou redefiniu – o que eram as zonas urbanas, rurais e de proteção integral no Distrito Federal.

Ficamos um longo período sem que nada acontecesse e o PDOT não orientou os investimentos públicos e privados, sendo um plano de gaveta, de prateleiras. Ao longo desse período, inúmeros empreendimentos imobiliários foram implementados no Distrito Federal e houve uma vasta – desculpe a palavra – devastação ambiental, territorial e social no Distrito Federal.

Em 2019, o GDF tomou iniciativas para rever e atualizar o PDOT. Publicou um edital convidando entidades do Distrito Federal a comporem um comitê gestor participativo. Esse comitê, ou esse processo de trabalho, começou capenga. Veio a pandemia e, então, algumas reuniões foram realizadas de forma *online*. Foram reuniões de baixíssima participação. Quem é que dispõe de bons equipamentos para que um debate público profundo possa ser realizado de forma *online*? Isso é difícil. Não é impossível, mas é difícil.

Após terminar a pandemia, o CGP, o Comitê de Gestão Participativa, foi recomposto e, por proposição nossa, dos representantes das entidades no CGP – o Jaganu, que é membro honorário, o conselheiro honorário, lembra-se disso –, nós conseguimos que as reuniões de discussão do PDOT fossem feitas em todas as cidades, porque elas só seriam feitas em 7 UPTs, Unidades de Planejamento Territorial. Nós conseguimos arrancar que elas fossem feitas em todas as RAs, que não eram 35 na época. Foram feitas mais de 50 oficinas participativas, porque nós empurramos isso, e oficinas temáticas: habitação, regularização fundiária, sustentabilidade ambiental, questão de gênero, racial, comunidade LGBT, desenvolvimento econômico. Uma série de temas foram apresentados.

Para resumir o estado atual: não houve uma sistematização ainda das proposições e demandas que surgiram dessas oficinas. O GDF chamou 2 grandes reuniões públicas, chamadas de macrotemas. A última foi realizada sábado passado, no Elefante Branco, na Asa Sul. Nessa reunião na Asa Sul, nós – 8 entidades do CGP – entregamos uma carta, dirigida ao governador Ibaneis, entregue ao secretário Marcelo, da Seduh, a qual pedia a prorrogação do prazo até pelo menos 30 de abril para encaminhamento de propostas, contribuições da sociedade. Esse prazo venceria amanhã, dia 11. O secretário recebeu o documento e, publicamente, disse: “Eu concordo, dou anuência, vamos aumentar o prazo, prorrogar para o dia 30 de abril o prazo para entrega de novas contribuições e propostas”.

Hoje, às 9 horas da manhã, houve uma reunião do Conplan, o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, esse que tem um jetom de aproximadamente 6 mil e poucos reais, que foi aumentado pela Câmara Legislativa recentemente – os conselheiros estão animadíssimos com isso. Eu posso garantir que o jetom que eu recebo vai para o Movimento Andar a Pé e Rodas da Paz. Isso eu posso garantir – o deles, não. E no conselho há 15 secretários de Estado e 15 representantes da sociedade.

Primeiro ponto de pauta: o secretário não colocou em discussão a pauta! Está aqui o André, meu companheiro, conselheiro representando o IAB. Levante a mão, por favor, André.

O secretário anunciou a prorrogação do prazo, de amanhã, dia 11, para o dia 30. Imediatamente, os 15 conselheiros do governo pediram a palavra e, com uma veemência muito grande, disseram publicamente que o secretário errou; que ele não deveria ter dado a prorrogação; que ele prestou um desserviço para o Distrito Federal – um desserviço! –, porque a cidade e a sociedade esperam ansiosamente por um novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial; e que nós estaríamos querendo prejudicar o Distrito Federal. Eu fui interpelado, pessoalmente, por 2 ex-deputados distritais, acerca do que eu queria; se eu queria prejudicar o Distrito Federal pedindo a prorrogação de prazo. Somente 2 conselheiros, eu e o André, defendemos a prorrogação, sim, como um compromisso público assumido pelo secretário; compromisso público, inclusive, anunciado grandemente pela mídia.

O secretário da Casa Civil propôs que se votasse e se deliberasse ali a mudança da posição pelo não adiamento, ou seja, o dia seguinte, amanhã, seria o prazo para fechar as propostas todas do

projeto de lei a fim de que ele tivesse encaminhamento. Qual seria o encaminhamento? O encaminhamento é uma câmara técnica, que prepara um parecer e um voto, e o Conplan vota o projeto de lei, a minuta. E a minuta seria encaminhada, pelo governador Ibaneis, para tramitar na Câmara Legislativa e ser aprovada.

Desculpem-me por eu estar me alongando.

Nós alegamos que esse ponto nem sequer estava na pauta, na ordem do dia, e que seria equivocado. Por sorte, não foi colocado em votação, porque nós iríamos perder, teríamos somente 2 votos favoráveis e 30 e tantos contrários, e o secretário recuou da sua posição.

Eu estou narrando esse fato não só porque ele aconteceu hoje e foi constrangedor, mas porque ele é demonstrativo de um trator que parece vir por aí, mais um trator, tal como o PPCUB, a nos tratorar. Eu digo não só a Câmara Legislativa, mas toda a sociedade do Distrito Federal, que, em todas as 35 RAs e nas zonas rurais, em todos os temas, discutiu e vem discutindo propostas para a cidade.

Acho que nós temos que estar muito atentos aos procedimentos, ao que vem por aí. Temos que estar muito atentos diante disso. O voto, a minuta já está, praticamente, pronta. Ela vai nos atravessar e nos tratorar com muita facilidade. Ela virá para a Câmara Legislativa etc.

Eu quero, para concluir, também dizer, que eu vim a pedido do professor Perci e da professora Maria Luiza, que lideram o projeto Vidá e Água nas Aris. Aris são as Áreas de Regularização de Interesse Social. Há as Aris e as Arines, Áreas de Regularização de Interesse Específico, em que estão os condomínios de classe média no Distrito Federal.

O professor Perci e a professora Maria Luiza me pediram para representá-los aqui e dizer que, no Distrito Federal, há 56 áreas de regularização. Aproximadamente 200 mil pessoas vivem na mais absoluta precariedade e vulnerabilidade ambiental e, sobretudo, social. São famílias de baixíssima renda que vivem em condições sub-humanas, que não têm rede pública de acesso à água.

Esse é um tema fundamental do PDOT revisado. Nós precisamos garantir que nenhuma Aris a menos será abrangida, pelo contrário. Cresceu a população das áreas carentes e vulneráveis do Distrito Federal. Esse é um tema para o qual eu quero, também, chamar a atenção.

Termino com a lembrança que o deputado Gabriel Magno trouxe. Enquanto nós nos distraímos discutindo o PDOT, o processo de baixa participação, a vulnerabilidade do ponto de vista dos conteúdos temáticos – habitação, regularização, mobilidade, sustentabilidade ambiental –, enquanto nós nos distraímos nessa discussão, uma boiada está passando. Hoje, essa boiada foi a distribuição de 4 grandes parcelamentos, loteamentos e grandes empreendimentos imobiliários – não vou repetir aqui, o deputado Gabriel Magno já os mencionou. Todos são de classes média e alta. Por incrível que pareça, os interessados nesses empreendimentos são secretários e presidentes de empresas do Distrito Federal. Eu trago isso não só como denúncia, mas como uma situação que nos deixa atônitos pela interpenetração do interesse público com o interesse privado em andamento no Distrito Federal neste momento.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Benny.

Vou citar um escritor brasileiro, infelizmente já falecido, curitibano, Paulo Leminski. Você disse: “Enquanto estamos distraídos neste debate”. Paulo Leminski dizia que, distraídos, venceremos. Então, apesar de distraídos neste debate tão fundamental, venceremos, como dizia o grande Leminski.

Os 4 empreendimentos são os que mencionei, não errei na pauta do Conplan? Não estou recebendo jeton, mas estou acompanhando de perto o Conplan.

Concedo a palavra para a Betúlia, representante do Movimento da Serrinha do Paranoá. Obrigado, querida, pela presença e pela sua luta, tão importante.

BETÚLIA SOUTO – Quero começar agradecendo ao deputado Gabriel Magno e a toda a equipe envolvida nesse processo do convite para participação. Agradeço ao promotor Dênio, que está sempre nessa luta, junto com a sociedade civil, pela participação popular nos processos aqui no DF; à Tereza Cristina, da Sema; ao professor Benny; e à minha querida Lucinha – temos a nossa luta diária.

Eu queria pedir licença a todos os movimentos e coletivos presentes e dizer que falo em nome de todos nós. Não falo só em nome do Movimento da Serrinha, estou falando em nome de todos nós, do Fórum de Defesa das Águas também, porque essa é uma luta pela vida. No DF, há vários movimentos muito qualificados que lutam pela vida, para nos mantermos de forma sustentável dentro

do nosso território.

Eu represento o segmento de meio ambiente dentro do Comitê de Gestão Participativa desse processo de revisão do PDOT. Desde o início, quando assumimos esse papel no segmento de meio ambiente, defendemos que o PDOT precisava ser construído dentro da centralidade ambiental, levando em consideração que, sem isso, não conseguimos ocupar um território e viver nele. Quanto tempo este território em que vivemos, muito sensível, é capaz de suportar o trator que passa todos os dias aqui? Estamos falando sobre a vida.

Vou falar de alguns pontos de um manifesto do Fórum de Defesa das Águas, do crime ao meio ambiente no DF, que são os pontos que acho que podemos resumir aqui. O que buscamos? Buscamos moradias dignas; a regularização fundiária; o acesso à água e ao saneamento para todos; a proteção do Cerrado, das suas águas e biodiversidade; o embargo das áreas ameaçadas; um DF sem veneno, o estímulo à agroecologia; e a mobilidade urbana sustentável. Neste manifesto há alguns pontos superinteressantes. Depois, eu queria entregá-lo para o deputado Gabriel Magno, como símbolo de toda a nossa luta, que reúne tudo isso.

Quero dizer, como CGP, que, no Brasil, ainda estamos aprendendo sobre a participação popular nesses processos decisórios – tanto na construção de políticas públicas quanto na construção da legislação. Temos conduzido esse processo de participação popular muito mais como uma consulta e um *check* no processo do que, de fato, uma participação popular que seja incorporada aos instrumentos.

Quando digo isso, falo muito da questão do letramento também. Se vocês observarem, há 1 mês, vocês começaram a ver várias propagandas sobre o PDOT. O CGP foi criado em 2021. Desde então, cobramos do GDF que essa comunicação seja feita. A 1 mês de ser entregue um documento, uma minuta, eles começam a fazer a comunicação – que é essencial e muito importante, é óbvio, mas que está muito longe de ser o que deveria ser, porque deveria ser um letramento.

O que estou falando é que, nesse processo, precisa haver o letramento da população. A população precisa entender o que é uma macrozona, do que estamos falando quando apresentamos um mapa nas oficinas participativas. O que a população entende sobre isso? É preciso haver um letramento, em uma linguagem simples e acessível.

Temos cobrado do GDF que seja feito um vídeo de cada uma das RAs que mostre como era a situação no PDOT de 2009 e o que mudou no seu território. O que havia antes? Qual é a proposta agora? O que mudou? Por que mudou? O que foi incorporado com a participação popular? Houve 53 reuniões, oficinas participativas no território. Como faremos a rastreabilidade da proposta que está sendo apresentada com o que foi pedido pela população? Nós precisamos dessa rastreabilidade. Temos uma equipe técnica extremamente competente no GDF, tanto da Seduh quanto das secretarias, mas precisamos de tempo para fazer isso com qualidade. Como CGP, quando lemos uma carta que requer o adiamento, é justamente porque entendemos que é impossível haver essa rastreabilidade em tão pouco tempo.

Além disso, as instâncias de participação social previstas no PDOT de 2009, como comitês e conselhos, precisam estar conectadas ao longo de todos os anos até chegarmos à próxima revisão. Isso não é algo que acontece só quando chega o momento da revisão. Todos esses conselhos e comitês precisam estar funcionando e precisam estar conectados. Também propusemos, como CGP, que o PDOT tenha um monitoramento. Todos os anos, é preciso haver uma reunião para avaliar o que avançou, o que não avançou, e se funcionou ou não. É preciso haver uma avaliação. Monitoramento, em política pública e lei, é essencial para uma implementação correta. Precisamos ver como esse monitoramento pode acontecer e juntar todos esses comitês e essas instâncias de participação popular.

Tudo isso deve levar à gestão, proteção e fiscalização. Mas a gestão, proteção e fiscalização devem levar em consideração a participação popular. Como vamos defender um território sem a participação das pessoas que vivem nele? Então, tudo tem de estar muito bem conectado.

Eu queria também só pontuar que a Conferência Nacional das Cidades está prestes a acontecer. Destaco que não estão falando sobre isso e é muito importante que a Conferência Nacional das Cidades esteja conectada com o nosso PDOT atual.

Há ainda as outras conferências, com as quais também precisamos nos conectar: a da saúde, a do meio ambiente, entre outras. Todas as conferências precisam estar conectadas com essa política.

Uma última informação que eu gostaria de falar é que existem muitas metodologias, hoje em dia, para inserir a participação popular nesse processo. As políticas públicas orientadas por missões são

uma dessas metodologias, e a nossa missão aqui é sobreviver a este momento de mudanças climáticas, ao trator que passa sobre os nossos territórios.

Então, precisávamos construir um PDOT orientado para a sobrevivência no nosso território, uma sobrevivência que não signifique apenas o sobreviver, mas também o bem-estar e o bem-viver.

É isso. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Betúlia.

Toda esta luta da Serrinha é importante

Quero também anunciar a presença do Markyllwer Goes, que é assessor da senadora Leila Barros. Agradeço a presença.

Anuncio também a presença da Ivanete, assessora do deputado federal Reginaldo Veras. Obrigado por participar desta comissão geral.

Eu também tenho acompanhado esse tema no Congresso Nacional. É muito importante que nossos parlamentares do DF o acompanhem.

Concedo a palavra à chefe da Unidade de Estratégias de Gestão da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Territorial da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, Tereza Cristina.

TEREZA CRISTINA ESMERALDO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Cumprimento e parabenizo o deputado Gabriel Magno pela iniciativa.

Cumprimento a mesa: o promotor, doutor Dênio; Benny Schvarsberg; Lucinha; Betúlia e todos os representantes que a integram.

Cumprimento também todos os representantes que estão no plenário, os representantes de movimentos populares e de instituições. Parabéns a todos pela presença nesta discussão muito importante do PDOT.

A Secretaria de Meio Ambiente tem muito interesse e uma participação efetiva nas discussões sobre o PDOT que estão ocorrendo e que são coordenadas pela Seduh.

Apesar de o PDOT que nós temos hoje disponível já falar da importância e da necessidade de haver respeito à legislação ambiental, precisamos ainda mais que isso ocorra mais efetivamente nas diretrizes e metas.

Este é o desafio: estamos querendo incluir, na letra da lei, na revisão do PDOT, a importância da sustentabilidade ambiental, que envolve não só a questão ecológica dos nossos recursos naturais, mas também a socioeconômica, para que consigamos um DF cada vez mais sustentável. Inclusive, estamos às vésperas da nova conferência do meio ambiente, a COP30.

Nós, os técnicos envolvidos nessa discussão, principalmente, temos uma responsabilidade frente ao Zoneamento Ecológico-Econômico do DF. (Palmas.) A Sema foi a coordenadora, a responsável por essa elaboração, que começou em 2012, um processo muito sério e profundo de estudos. Em 2014, a Sema assumiu isso e formou uma comissão técnica sob a sua coordenação e com a participação de 5 órgãos do governo, incluindo a Seduh e a Secretaria de Agricultura, e uma comissão técnica geral de todos os órgãos do GDF, secretarias e empresas públicas, para aprofundar tecnicamente a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico com estudos técnicos aprofundados e a participação da UnB. Foram realizadas audiências públicas entre 2017 e 2018, já com uma minuta de projeto de lei e a publicação dos estudos e cadernos técnicos. Foram realizadas várias audiências públicas, até que, finalmente, houve reuniões com a Casa Civil e com os órgãos do GDF para referendar a minuta a ser trazida a esta casa legislativa.

Parabenizo esta casa por entender o papel inovador do ZEE. Por que ele é inovador? Porque ele traz o conceito de serviços ecossistêmicos. Não foi o ZEE que criou isso. Um estudo internacional do qual o Brasil participou e continua participando criou o conceito de contabilidade ambiental e trouxe os serviços ecossistêmicos para a gestão pública e privada.

Entre 2001 e 2005, a ONU criou uma comissão para elaborar a classificação internacional de serviços ecossistêmicos, que é utilizada e atualizada até hoje para a contabilidade ambiental econômica nas Nações Unidas.

Com esse trabalho, o ZEE trouxe o conceito do risco ecológico de perda das funções que o meio ambiente traz para o bem-estar humano. Refiro-me não só ao bem-estar na saúde e na qualidade de vida, mas ao bem-estar econômico, porque são esses recursos os usados para desenvolver a

economia. Como já foi falado aqui, o Distrito Federal corre o risco de perder esses recursos e a qualidade de vida. O ZEE trouxe isso.

O papel da Sema tem sido compatibilizar as diretrizes do PDOT com as do ZEE e com as estabelecidas pelos planos de adaptação e mitigação, de mudanças climáticas e de agricultura de baixo carbono. Desde 2009, esses planos têm sido criados, e nós já temos todos eles. Já temos legislações relativas à adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Tanto as legislações quanto os planos estão disponíveis no *site* da Sema, para o acesso de todos.

É importante o trabalho dos técnicos da Sema e de diversos técnicos de órgãos públicos e da academia que participaram da elaboração do ZEE e dos planos de mitigação e enfrentamento às mudanças climáticas. Todos nós nos envolvemos neles e esperamos que eles tenham, efetivamente, diretrizes específicas no PDOT e nas legislações urbanísticas, que também influenciam e determinam a forma de uso e ocupação do solo.

Parabenizo esta iniciativa.

A secretaria está aberta para colaborar com todos.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Tereza.

É muito importante a presença da Sema neste debate, até para levar para o governo o conjunto das reivindicações e a preocupação tão fundamental com o modelo de governo-cidade. Então, agradeço a presença da Tereza, que também representa o secretário Guto, a quem mando uma saudação. É importante envolver muito a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal nesse processo.

Já recebemos 6 documentos que farão parte do processo de encaminhamentos desta comissão. Nós enviaremos documentos ao Ministério Público, às entidades, ao Conplan, à Sema e à Seduh.

Vou listar os documentos que recebemos: carta de solicitação de prorrogação para contribuição e revisão do PDOT; manifesto do Fórum de Defesa das Águas, do Clima e do Meio Ambiente do Distrito Federal; carta em defesa das Aries no PDOT, dossiê do Parque das Garças, no Lago Norte; propostas de inclusão no PDOT, organizadas pelo CAU-DF; carta dos moradores do Riacho Fundo I sobre a permanência e manutenção das quadras QN 11, QN 13 e QN 15 como zona de interesse social. Vamos deixar aberto como encaminhamento desta comissão o recebimento desses documentos e dessas reivindicações e encaminhá-los aos órgãos competentes.

Concedo a palavra ao doutor Dênio Augusto, promotor da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, Prourb, a quem agradeço a presença. Registro o importante trabalho que o Ministério Público tem feito desde o início dos processos das audiências públicas, na fase do diagnóstico. O Ministério Público tem sido muito diligente, garantindo e tentando preservar o direito da população do Distrito Federal. Agradeço muito a sua presença. Parabenizo o trabalho importante que vocês têm feito.

DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA – Boa tarde a todos.

Cumprimento os presentes, na pessoa do deputado Gabriel Magno. Aproveito e o parabenizo pela iniciativa. Quanto mais discussão fizermos a esse respeito, mais vamos ganhar.

Eu queria registrar que o Ministério Público de fato instaurou um procedimento em 2019, se não me engano, antes mesmo da criação do CGP. Quando saiu na página da Seduh, pela primeira vez, que estava sendo iniciado o processo de revisão do PDOT, o Ministério Público instaurou esse procedimento e já fez uma recomendação. Salvo engano, já estamos na quarta recomendação. Todas foram feitas a partir do acompanhamento dos trabalhos do CGP, do GTI e das audiências públicas, na tentativa de aperfeiçoar esse processo. Lembro que o papel do Ministério Público neste trabalho tem sido, em primeiro lugar, sempre garantir a participação social na revisão do PDOT. Recentemente, a partir de uma emenda constitucional, em 2020, a participação social na construção das políticas sociais passou a ser um direito fundamental. Assim, o direito de participar, construir, fiscalizar e implementar, tudo isso está na Constituição federal, portanto, é passível de revisão judicial, se não observado.

Vi com muita alegria a criação do CGP, não pela criação em si, mas pelo que isso nos proporcionou. A sociedade ganhou imensamente quando surgiram pessoas aguerridas – eu poderia citar várias, mas, aproveitando os componentes da mesa, cito a Betúlia, o Benny e outros. Para não ser injusto, vou parar por aqui, pois eles estão representando efetivamente a sociedade.

Eu fico feliz – não sei se estou sendo otimista demais –, porque tenho percebido um movimento de retomada de, pelo menos, parte do poder que foi repassado aos nossos representantes, por meio do surgimento desse mandato controlado. Essa é a função da sociedade: controlar o mandato deferido aos nossos representantes. Alguns nem precisariam disso, outros talvez precisem de um acompanhamento mais de perto. Isso é importantíssimo e faz parte da democracia.

Um fato que me chamou a atenção nesse processo de revisão do PDOT é que tivemos um longo período de diagnóstico. Foram anos, talvez 3 ou 4, ou até 6 anos. No momento crucial do PDOT – este em que estamos agora –, que é a fase de propostas, percebo que se procura imprimir um ritmo incompatível para o que se pretende. Tenho visto isso em várias oportunidades. Estamos tratando de questões complexas. A cidade talvez seja a criação humana mais complexa que existe. No PDOT, estamos tratando de mobilidade, habitação, água, meio ambiente. Estamos tratando de outros planos, como o ZEE, mas também plano de drenagem, plano de mobilidade, plano de saneamento, entre outros que precisamos alinhar com o PDOT. O momento é agora, é o PDOT que vai fazer isso.

Infelizmente, nas primeiras reuniões públicas de que tenho participado, para tratar das pré-propostas, pelo que tenho assistido, a minha visão – e tenho ouvido isso de outros representantes da sociedade civil – é de que, mais uma vez, estamos caindo na tentação de planejar o passado, de fazer aquele PDOT que só olha para o que fizemos de errado, para a nossa incompetência. Estou falando de todos: poder público, sociedade, Ministério Público, quem quer que possa ajudar nesse processo. Parece que, mais uma vez, se quer premiar aquilo que foi feito de errado.

Tenho visto falarem que serão 26 áreas de regularização. Eu até falei publicamente na reunião que acho isso estranho, pois como já estamos fazendo essa declaração para a imprensa sem que isso tenha sido aprovado nas instâncias devidas? É importante lembrar que tudo isso que estamos fazendo de errado de novo, ao fazer um planejamento para o passado, custa muito caro, muito caro mesmo. De toda forma que se imaginar, em termos de custos, de levar infraestrutura, escola, mobilidade, precisamos entender que regularização não resolve tudo. Muitas vezes, a regularização tem sido usada só para legalizar a parte formal, a parte cartorária, mas os problemas ambientais e de mobilidade continuam ali. Muitas vezes, a regularização é feita com base em água de poço, em fossa séptica, ou seja, os mesmos problemas de sempre estão mantidos ali, e agora de forma regularizada – entre aspas.

Além disso, há aquelas consequências mais sérias, como o surgimento de milícias, o que já tem acontecido no Distrito Federal; lavagem de dinheiro – quando a pessoa não tem nada no nome dela, mas tem 100 lotes, tudo feito no papel, sem controle do Estado, com evasão fiscal e enriquecimento ilícito. Há pessoas que estão adorando esse processo.

Outro assunto que quero falar é que essas reuniões feitas nessa fase têm sido muito insuficientes em termos de metodologia. Essa não é uma crítica à área técnica da Seduh – ao contrário, tenho percebido o esforço de muitos profissionais ali em fazer com que tudo aconteça da forma correta. No entanto, observei, por exemplo, a marcação de uma verdadeira maratona de reuniões, o que torna inviável para qualquer pessoa que já esteja doando seu tempo, sua disponibilidade – muitas vezes, privando-se da família e de outras atividades –, conseguir acompanhá-las. São reuniões após de reuniões, que ocupam semanas inteiras. Tenho tentado participar de algumas, mas, sinceramente, é praticamente impossível acompanhar esse ritmo, especialmente em uma fase tão importante como a que estamos vivendo.

Outra questão que percebi é que, dentro do GDF, precisamos fazer uma distinção: há áreas técnicas e secretarias, que têm participado ativamente desse processo, o que é muito positivo; por outro lado, há casos em que parece que apenas foi indicada uma pessoa para representar o órgão na revisão do PDOT. É uma situação assim: “Olha, você vai ter que ir lá nos representar na revisão do PDOT”. E essa pessoa, muitas vezes, está apenas cumprindo tabela. Às vezes, ela aparece; outras, não. Essa é a impressão que tenho. Por favor, corrijam-me se eu estiver errado. Isso é algo bastante preocupante. Aqui eu incluiria também os órgãos da União, que só passaram a ser lembrados após muita insistência do Ministério Público e da sociedade civil. Eu cansei de dizer que mais da metade do DF é uma APA, federal; no entanto, a União não estava participando desse processo.

Essa questão da metodologia está sendo muito insuficiente. Faço essa leitura à luz do art. 193 da Constituição federal – que mencionei antes –, que trata do direito fundamental de participação; não de qualquer participação, mas a participação efetiva, real. A participação real significa acesso à informação, direito real de participação, de contribuição, de ter acesso aos documentos, de ter tempo de estudar, de ter tempo de fazer suas propostas e, depois, de ter retorno acerca das suas contribuições.

Já estou terminando, sei que estou avançando um pouco no tempo, deputado.

Inclusive, nesta reunião, lamento muito a ausência dos representantes da Seduh. Eu recebi um convite para participar da reunião do GTI que estava acontecendo nesse mesmo horário. Eu acho que foi a primeira vez que recebi o convite. Eu respondi ao convite com o argumento de que havia este evento marcado hoje e que era importante a participação do CGP e do GTI. Eles não poderiam estar lá e aqui ao mesmo tempo. Como o prazo havia sido prorrogado – eu não sabia dessa informação do Conplan, que houve a tentativa de rever essa decisão –, por que não adiar a reunião do GTI e fazer essa discussão mais ampla, que já serve para fazer esse *link* publicamente entre Poder Executivo e Poder Legislativo? Sabemos que têm ocorrido reuniões sobre esse evento, mas é importante que isso seja feito às claras.

Deputado, para concluir a minha fala, eu só queria registrar algumas expectativas que tenho catalogado nesse trabalho não só a partir da minha participação pessoal, de outros colegas do MP, da assessoria, mas também do pessoal do CGP e até de servidores do GDF. Primeiro, temos que planejar para o futuro. Sobre esse PDOT, até em tom de brincadeira – mas não é brincadeira –, eu já escutei algumas pessoas idosas falarem: “Gente, o próximo PDOT vai durar mais 10 anos, eu não sei se vou estar aqui na próxima revisão, então eu quero que esse funcione”.

Precisamos pensar também nas futuras gerações. Vamos fazer esse planejamento dar certo agora, pois não temos mais tempo. Agora temos um elemento fundamental, que são as mudanças climáticas. Vamos esperar mais o quê? Fica lançado este desafio.

Temos buscado cobrar, deputado, que essas propostas que vêm agora sejam fundamentadas, porque, só a partir de fundamentação, a sociedade civil tem como controlar isso. Como vou controlar algo que está ali sem uma fundamentação técnica, jurídica, ambiental ou socioeconômica? Precisamos evitar os conhecidos jabutis, que sempre acontecem. Isso faz parte do jogo democrático – não deveria –, mas, para evitar isso, a sociedade precisa ver que as propostas têm fundamentação. Se aparecer um jabuti que não tem nada a ver com o assunto, já estará evidente. Inclusive, o Ministério Público terá mais elementos para questionar isso.

Outra questão essencial é que esse novo PDOT tenha diretrizes claras e específicas, não apenas diretrizes genéricas como “respeitar o meio ambiente”, que não são observadas. Essas diretrizes precisam indicar claramente para onde vamos e por que vamos. Por exemplo, simplesmente dizer que a prioridade são as habitações de interesse social não é suficiente, pois, na prática, são instâncias diferentes que cuidam disso. A Terracap cuida de uma parte, e a Codhab, de outra. A Terracap tem muito mais condições de fazer as propostas avançarem. Por essa razão, apenas esse tipo de proposta chega ao Conplan, deputado. A capacidade da Terracap de produzir estudos, dispor de recursos financeiros e viabilizar a implementação é significativamente maior do que a da Codhab. Por isso, a chamada prioridade não acontece. Não basta constar que devem ser prioritárias as áreas de interesse social; os meios têm que ser fornecidos – e o PDOT deve cumprir esse papel.

Outra reivindicação recorrente que temos feito é a definição de metas e indicadores, com revisão periódica – anual ou bienal –, para que acompanhem, em um painel eletrônico, caso seja possível, o andamento das ações. Tecnologia para isso já existe. Como exemplo, cito o programa Vai de Bike, lançado recentemente pela Semob. Foi desenvolvido um BI – não sei se todos estão acostumados com a terminologia – que permite o acompanhamento, em tempo real, das ações implementadas e das que não foram. Por que não aplicar o mesmo modelo ao PDOT?

É fundamental assegurar total transparência, inclusive no que diz respeito ao caminho vinculado ao orçamento. Costumo comentar, em tom de brincadeira, que, em 2004, a única vez que o termo PDTU apareceu no orçamento foi para contratar a empresa responsável pela revisão do PDTU. Logo, não há vínculo entre o que está previsto no plano e o que deve ser executado. Sem orçamento nada é viabilizado.

Outro ponto do qual devemos falar é sobre a fiscalização. Há, inclusive, uma cartilha – criticada por mim na última reunião – que afirma que fiscalização não é tema de PDOT. Eu fiz o convite a todos que estavam na reunião para nos encontramos novamente daqui a 10 anos e analisarmos essa questão. É lógico que detalhes da fiscalização não devem constar no PDOT. Todavia, é importante ser dito o que será diferente daqui para frente. Caso contrário, continuaremos a repetir os mesmos erros.

Precisamos definir, inclusive, as consequências do descumprimento do PDOT. Não basta mostrar que ele não está sendo cumprido. Não é suficiente constatar, após 10 anos, que o plano não foi cumprido. Devemos estabelecer quais serão as consequências disso. Isso é democracia. Isso é o que permite à sociedade civil – que, felizmente, tem se organizado e se conscientizado cada vez mais

— obter esses elementos e instrumentos para efetiva participação.

Eu disse que estava finalizando meu discurso, mas acabei me delongando. De toda forma, deixo aqui a última proposta e prometo finalizar minha fala.

Tudo isso que está ocorrendo revela a necessidade de mais uma medida, deputado: a instalação urgente dos conselhos locais de planejamento. O Ministério Público também tem buscado caminhar, cobrando providências. A previsão desses conselhos já consta do antigo PDOT, desde 1997. O Ministério Público, inclusive, já expediu recomendações a esse respeito.

Deixo aqui um desafio que já vem sendo debatido, mas que precisa ser externado: precisamos, urgentemente, rever a forma de escolha dos representantes do Conplan, quem são eles e o regimento interno do conselho.

O Conplan é um instrumento importantíssimo, que deve desenvolver um trabalho à altura da sua responsabilidade – ainda mais agora, quando eu soube que há um jetom de R\$6.500,00. Falo isso com mais tranquilidade ainda.

Eu tenho percebido que grandes questões de interesse da coletividade, da sociedade, muitas vezes têm sido decididas naquele conselho, e as pessoas que defendem os interesses coletivos geralmente são voto vencido, sem a menor chance de fazer diferente. Uma ou outra associação está ali, representando-as.

Portanto, deputado, solicito que a Câmara Legislativa também se debruce sobre essa questão. Eu não analisei ainda, do ponto de vista do processo legislativo, como isso poderia ser feito, mas é necessário pelo menos lançar luz sobre a questão. Nós precisamos discutir esse assunto.

O Ministério Público, há alguns anos, fez um trabalho quando a atual legislação foi criada, mas precisamos rever isso sempre, para garantir que, de fato, o interesse público seja representado, para que o modelo de escolha de quem está ali represente o interesse coletivo. Como os temas chegam ao conselho? Quem define a pauta e qual é a transparência disso?

Estou dizendo isso com tranquilidade, porque já conversei com o secretário da Seduh sobre a necessidade de revisão de toda essa legislação. Aqui deixo o desafio para que a sociedade cobre isso.

Muito obrigado. Peço desculpas por me delongar, mas o tema é extremamente importante. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito obrigado, doutor Dênio. Todos nós o perdoamos pelo tempo utilizado, porque ele foi necessário. Isso também mostra a necessidade de haver mais debates sobre o assunto.

Há 17 inscritos e inscritas. Então, vou alternar entre homens e mulheres, para garantirmos que todos falem. Vamos combinar o tempo de 3 minutos, porque, às 19 horas, precisamos entregar o plenário.

Farei 2 comentários muito rápidos, doutor Dênio, sobre a sua fala.

Primeiro, esta é uma comissão geral que foi aprovada pelo Plenário desta casa, pelo conjunto dos parlamentares. Digo isso, porque, muitas vezes, o governo tem se recusado a comparecer a esta casa. Este não é um debate de um parlamentar da oposição ou da situação, pois esta comissão geral foi aprovada pelos 24 parlamentares e, no Regimento Interno, consta o papel que ela tem.

Nós fizemos o convite. Hoje, houve esta coincidência de duplicata de reuniões no mesmo horário, mas temos visto que o governo – não só quanto a esse tema, mas a vários –, às vezes, não comparece. Nós já estamos começando a pensar que, em vez de só convidar o governo, talvez seja necessário começar a convocar o governo e utilizar desse mecanismo regimental, para o governo comparecer aqui, dialogar com o público, com a sociedade do Distrito Federal. (Palmas.) A paciência para utilizar o convite vai se esgotando. Se o convite não resolve a questão, podemos, daqui para frente, começar a convocar os secretários do Governo do Distrito Federal a comparecerem.

Eu vou contar uma história sobre a questão do jetom. No dia da votação, Benny, além de aumentar em 240% o jetom dos conselheiros do Conplan – o maior reajuste do Distrito Federal, nenhuma categoria teve 240% de reajuste no Distrito Federal –, foi criada, no mesmo projeto de lei, uma gratificação extra de 10% para o presidente do Conplan, que, pela lei, é o governador. Nós questionamos: “Há mais uma gratificação para o governador, que chegou a dizer que ia devolver dinheiro?” A base do governo estava rindo, talvez, da sociedade: “Mas o governador não precisa de 600 reais” – e votaram. Eles que propuseram isso; não fomos nós. Eu até os desafiei, sou professor, 600 reais para os professores fariam uma grande diferença. Em vez de criar gratificação para o

governador, aplique-a para os professores dessa cidade. Além dos 240% de aumento, ainda foi criada a gratificação de 10% para o governador, que é o presidente do Conplan. Como disse a base, o governador não precisa desse recurso, mas criou a gratificação e ele passou a recebê-la.

Concedo a palavra ao Luiz Guilherme Pena, conhecido como Jaganu, presidente da Associação Colina Dom Bosco, também do CGP, por 3 minutos.

LUIZ GUILHERME PENA – Boa tarde. Eu vou tentar cumprir os 3 minutos.

Obrigado, deputado Gabriel Magno. Na sua pessoa, eu quero cumprimentar a mesa: meus queridos correligionários, a Lucinha, o Benny, a Betúlia, a Tereza – nós nos encontramos em vários lugares. Cumprimento também todos os presentes, todos os companheiros de luta que estão aqui.

Com a sua permissão, presidente, farei um breve histórico do que têm sido as oficinas participativas do PDOT. O governo chamou 55 oficinas. Dessas, 35 são oficinas feitas nas RAs. Como disse a Betúlia, a divulgação dessas oficinas não aconteceu, apesar de toda a briga feita pelo CGP. Eu também sou do CGP, só para lembrá-los. As 35 oficinas das RAs começaram com uma participação pífia, pequena. Para vocês terem uma ideia, na primeira oficina de Ceilândia, RA tem mais de 500 mil habitantes – alguém me corrija se eu estiver errado ou se estiver defasado o número –, participaram 35 pessoas. Essa foi uma oficina para organizar o território de 500 mil pessoas com 35 pessoas.

Exigimos, porém, no PDOT, na comissão, uma outra oficina para Ceilândia e gostaríamos que o governo fizesse uma divulgação mais eficiente para que essas oficinas fossem realmente participativas. O governo colocou um carro de som em Ceilândia para convocar a população a participar dessa segunda oficina. Quando um carro de som passa por você, você ouve: "Oficina...". Lá na frente, outra pessoa ouve: "PDOT...". Mais à frente, outra pessoa vai ouvir não se sabe o quê. Assim, as pessoas não ouvem a divulgação integral e corretamente.

O que aconteceu na segunda oficina em Ceilândia? Estavam presentes somente 40 pessoas, ou seja, não houve uma efetiva participação popular, porque o governo não fez, a Seduh especificamente, uma integração com a Secom para a divulgação dessas oficinas.

No entanto, nós continuamos brigando. Todas as oficinas tiveram uma participação popular pífia, com pouquíssimas pessoas presentes. A primeira oficina que contou com a participação de mais de 500 pessoas foi a oficina da Estrutural. Sabem por quê? Porque disseram que aquela oficina era para retirar as pessoas do Setor Santa Luzia. Por isso, o povo foi em peso para aquela oficina: para não permitir a retirada das pessoas daquele local. Foi por isso que essa foi a oficina com mais participação popular, mas todas as outras tiveram baixa participação.

Aconteceram também as oficinas das UPTs, que contaram com uma participação popular pífia. Houve pouquíssima divulgação. Por isso, a participação da população ficou prejudicada, presidente. As RAs, como bem lembrou o professor Benny, têm 250 mil pessoas sem acesso a água potável. Como essas pessoas vão dizer o que precisam se elas não têm condições de participar e dar suas demandas ao governo em um processo que é de todos, que é o do PDOT?

Eu teria muito mais informações a dizer, presidente, mas eu queria lembrar somente mais uma questão, se o senhor me permite: foi citado que o Lago Sul tem o maior PIB do Distrito Federal, mas o Lago Sul também está sofrendo muito. Há 3 grandes bairros sendo construídos: 2 no Lago Sul e 1 no Tororó. Isso vai impactar tremendamente o Lago Sul por estar localizado nas proximidades. Isso vai ser um absurdo não só para o Lago Sul, mas também para o Tororó, para São Sebastião e para o Jardim Botânico. Todos nós vamos sofrer com isso.

Nós queríamos muito que todas as cidades tivessem uma arborização como há no Lago Sul, que tivessem a qualidade de vida que há no Lago Sul, e não o contrário, como o governo quer fazer, que é tornar tudo adensado, ocupado, sem água, sem árvore, sem sombra. Se acontecer dessa forma, nós iremos sofrer muito, não só no Lago Sul, como também no Lago Norte e no Park Way.

Muito obrigado. Desculpem-me por eu ter excedido o tempo.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Jaganu, que é o Luiz Guilherme Pena.

Concedo a palavra à Magda Bernardes, diretora da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, em Planaltina.

MAGDA CAMARDA BERNARDES – Boa tarde a todos. Deputado, faço questão de frisar esta parte: núcleo rural.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao senhor por esta iniciativa louvável, a todos que

compõem a mesa, em especial ao nosso querido doutor Dênio, que esteve, no dia 5, na discussão do PDOT. Lá eu me alterei bastante: eu impus a minha palavra sem ter direito à palavra, em defesa da área rural.

Deputado e queridos colegas, nós estamos enfrentando uma situação muito grave de olhares voltados apenas para a área urbana. Não olham para a área rural, e isso me deixa muito triste, porque eu sou filha da área rural, eu sou filha de produtor rural – o senhor Henrique Bernardes, que até hoje, aos 72 anos, carrega nos ombros caixa de banana no Núcleo Rural Pipiripau II. Trabalho na Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro há 18 anos, onde fui muito bem recebida tanto pela equipe da escola, quanto pela comunidade da região. Em 2009, em razão de estar espremida entre o Arapoanga e o Buritis III ou IV, uma considerável parcela do Núcleo Rural Córrego do Atoleiro teve o azar de deixar de fazer parte da área rural.

Eu pedi que minha filha entregasse aos senhores e às senhoras 2 registros, que deveriam ser coloridos, mas não conseguimos isso. Um deles mostra um ponto branco: é a escola que eu dirijo. Em volta de uma área, vocês veem, mesmo em preto e branco, que são chácaras produtivas. Acreditem se quiserem: essa área é considerada área urbana, por causa da alteração em 2009 do PDOT. Exatamente esse ponto é área urbana. Nós estamos lá como sempre estivemos, não mudou nada a característica: trata-se de pequenos produtores, que mantêm a vida deles e a dos seus familiares com as produções agrícolas, com folhagens, principalmente. São pequenos produtores, ou seja, não são vistos.

Na outra folha, vocês vão ver o parque. Esse com a marcação bem grande é o nosso riquíssimo Parque do Retirinho. Ele é um parque lindíssimo, belíssimo.

Todos os dias, de manhã, eu venho pela DF-345 e chego observando a paisagem linda desse parque. Quem teve a oportunidade de conhecer a nossa região sabe do que estou falando; quem não teve essa oportunidade eu convido para que conheça nossa região, para ver o quanto é lindo esse Parque do Retirinho. Ele foi preservado pela nossa comunidade e está delimitado de forma errada. Se vocês virem a delimitação, verão que ele engloba área de chácaras. Esse pedaço menor que está marcado são as chácaras que já pertenciam aos chacareiros. Alguns são de 1980, outros de 1994. O parque foi criado em 1999 e se sobrepôs a esses coitados, a esses pequenos produtores, que dependem da sua terra para sobreviver. Planaltina depende desses produtores, porque eles abastecem nossa cidade, eles abastecem o Ceasa.

Querido deputado, colegas, querido doutor Dênio, nós precisamos de um olhar de todos os parlamentares.

Ontem mesmo, nós estivemos reunidos na nossa escola com o deputado Pepa e com os administradores de Planaltina e de Arapoanga, que firmaram conosco o compromisso de nos defender. Nós contamos com a ajuda de todos vocês para que nos defendam. Defendam nossa área rural! Nós somos rurais, nós precisamos de defesa.

De todas aquelas 53 reuniões do PDOT eu participei, junto do presidente e da advogada da associação. Participei de todas. Eu, que sou uma mera diretora de escola, única representante da Secretaria de Educação, fiz questão de participar de todas, porque eles precisam do nosso apoio.

Nossa escola também precisa de apoio, porque nós temos prejuízo financeiro. O senhor sabe, deputado, que o nosso PDAF é bem menor, em virtude de sermos urbanos, ainda que estejamos em uma área totalmente rural. Neste momento, eu nem levo isso em consideração. Eu levo em consideração os nossos coitados, os chacareiros, que não podem se aposentar, que trabalham na área rural, que lidam todo dia com a mão cheia de calo, como o meu pai, e não têm direito a uma aposentadoria rural digna.

Então, por favor, observem com carinho a questão para que seja preservado o nosso Parque do Retirinho, para que respeitem os nossos chacareiros, para que retorne a nossa área rural.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Magda. Esse é um relato importante.

Isso também afeta várias outras escolas do Distrito Federal. Eu cito algumas. Eu sou de São Sebastião, Magda, e o Centro de Ensino Fundamental Jataí também vive a mesma situação, porque o PDOT de 2009 transformou a região em zona urbana, uma região que, obviamente, é rural. É importante abirmos um debate sobre as escolas do campo, no PDOT.

Anuncio a presença da deputada federal Erika Kokay e já a convido para fazer parte da nossa mesa. Não é preciso apresentá-la. Erika resume a si mesma; ela é um adjetivo. Erika, por si só, é

substantivo e adjetivo. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Newton Vieira, do movimento Salve o Rio Melchior.

NEWTON VIEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

O que acontece no meio ambiente do Distrito Federal é algo estarrecedor, algo assombroso. Na VC-311, vemos crianças doentes, adultos doentes, idosos doentes também. Como foi falado hoje pela manhã, quando chega a vez de o idoso se aposentar, de conviver com seus filhos, com seus netos, todos estão doentes, porque consomem água de cisterna, onde são despejados efluentes de esgoto, efluentes de chorume.

Abriu-se uma CPI. Eu não quero dizer que querem sabotar a CPI, mas, de 5 deputados, só 2 compareceram, os outros 3 não compareceram. Eu quero dizer, deputado Gabriel Magno, que a deputada Paula Belmonte falou que o senhor e ela são 2 andorinhas, e que somente 2 andorinhas não fazem verão. Porém, eu acredito firmemente que os senhores não vão fazer só verão; vão fazer uma revolução no rio Melchior.

Há um ditado que diz que 1 homem, por querer, faz mais que 10 por dever. Eu acredito firmemente que os senhores conseguirão, sim, mudar essa realidade no Distrito Federal, até porque essa questão do PDOT, infelizmente, para a periferia, é uma questão muito distante. Nós não conhecemos bem o que é o PDOT, não conhecemos o que querem fazer com esse plano, porque isto é um objetivo do sistema: a periferia não saber o que é esse plano diretor. Eu, particularmente, não tenho clareza do que realmente é esse PDOT. Nós só sabemos o que querem fazer na Escola Classe Guariroba, às margens da DF-180: querem destruir a escola para construir uma usina termelétrica. Por isso, sabemos que existe um PDOT que pode ser transformado em um desastre ambiental e social por destruir uma escola para construir uma termelétrica. Então, existe uma realidade muito distante do PDOT daqui, que tem o seu *lobby* – o *lobby* do gás, o *lobby* da especulação imobiliária – e a realidade da população, que não sabe o que quer. Infelizmente, não sabemos o que queremos.

Outra situação que também é estarrecedora é o que acontece com quem fala sobre o meio ambiente no Distrito Federal, pelo menos na periferia. Eu tenho um áudio aqui enviado para nós quando estávamos descendo até o rio Melchior.

(Apresentação de áudio.)

NEWTON VIEIRA – Eu não sei se foi possível ouvir o áudio, mas essa é a realidade de todos que procuram defender o meio ambiente e sabem o que é essa realidade. Sabem por quê? Porque existe um *lobby* forte do gás, o *lobby* da especulação imobiliária. É extremamente preocupante, sim, a situação não só do rio Melchior, mas também a situação do meio ambiente do Distrito Federal. É extremamente preocupante quando há uma CPI, para apurar a existência de pessoas doentes e uma situação extremamente grave, e tentam boicotá-la.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Newton.

Sem dúvida nenhuma, a CPI do rio Melchior vai subsidiar muito também os debates para o PDOT. Acho isso fundamental e importante. Já deixo você convocado, Newton. Você tem sempre presença nesta casa, mas aviso para a sociedade, para os parlamentares desta Casa, a próxima reunião da CPI está marcada para o dia 24 de abril, quinta-feira, às 11 horas.

Concedo a palavra à Alba Evangelista, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF.

ALBA EVANGELISTA – Boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes e a mesa na pessoa do deputado Gabriel Magno, a quem agradeço e parabeno pela realização deste evento.

O Comitê de Bacia Hidrográfica é um ente da política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. No DF, eu represento o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal, que compreende 64% do território. Nem preciso falar das características geográficas e físicas do Distrito Federal, porque todo mundo sabe isso.

Eu tive a oportunidade de acompanhar revisões do PDOT no passado; participei da elaboração do ZEE na maior parte; participei da elaboração do Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF; e agora estou acompanhando a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal e também o Plano de Bacia do Paranaíba, grande, que engloba 4 estados.

O que sempre falávamos na revisão do PDOT? "O PDOT precisa observar o ZEE, mas o ZEE não está pronto. Então, vamos fazer." Ou então: "A Política de Recursos Hídricos diz que a bacia hidrográfica é a unidade de planejamento", mas também não se cumpre isso. O Estatuto da Cidade diz que o PDOT tem que observar os planos de recursos hídricos, mas isso também é falho. Então, vemos que a elaboração do PDOT está sendo um pouco desleixada com relação a esse tema.

Tenho participado das reuniões do CGP e do GTI como convidada. Na minha opinião, o Comitê de Bacia, como ente de Estado, tinha que fazer parte do GTI, mas não faz. Eu não tenho deixado de ir às reuniões reivindicando isso. O que se detecta é que o ZEE e o Plano de Bacia estão sendo negligenciados na elaboração desses documentos. Reiteradas vezes, coloquei isso em pauta, e eles passaram a incluir nas suas apresentações mapas tirados do ZEE, como os mapas de riscos ecológicos e o mapa de disponibilidade hídrica do Plano de Bacia. No entanto, não sei como isso está sendo entranhado no processo, porque eles alegam dificuldade de obter as *shapes*, algo que dentro do governo não deveria ocorrer. Essa é a primeira parte.

A segunda parte é sobre os aspectos que o Comitê de Bacia acha importante no PDOT. Nossa preocupação é exatamente porque estamos em uma área de nascentes. Há rios de baixas vazões. Há um processo de urbanização acelerado indo em direção às áreas de recarga e, algumas vezes, nas áreas de encostas, onde há muitas nascentes importantes, que são reservas técnicas no DF.

Outro aspecto são as Áreas de Proteção de Manancial, as APMs. O PDOT criou essa figura da APM, cuja gestão, hoje, vemos que é muito frouxa. Não há um responsável, por exemplo, por elaborar um plano de estudo, controle e fiscalização das APMs. Acho que isso precisa estar endereçado no PDOT, porque as APMs são reservas técnicas.

Outro aspecto que estamos propondo é a criação de novas APMs, por exemplo, nos seguintes locais: no braço norte do lago Paranoá, onde há uma captação importante, que hoje é de 700 litros por segundo e a Caesb está dizendo que vai aumentar para 1.300; no córrego Bananal, na área do Parque Nacional; no córrego Olaria, em Brazlândia, que é muito importante; no norte da Estação Ecológica de Águas Emendadas, onde há captação da Saneago e da Caesb; no rio Corumbá. O ICMBio está propondo também uma APM no ribeirão Rodeador, na bacia do Descoberto. Então, essa é a primeira parte para a qual estamos chamando a atenção quanto à questão dos recursos hídricos.

Eu queria mais 30 segundos para falar sobre um outro aspecto, que é a questão da biodiversidade no Distrito Federal.

Eu ontem consultei o *site* Flora e Funga do Brasil, mantido pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que é o órgão nacional que faz o monitoramento da biodiversidade. Eu fui investigar o número de espécies dos biomas.

Qual é o bioma mais biodiverso do Brasil? Pensamos, obviamente, que é a Amazônia, mas, na verdade, não é, é a Mata Atlântica. "Ah, então, se não é a Amazônia, ela deve ser o segundo mais biodiverso". Não é. O segundo mais biodiverso é o nosso Cerrado, onde há a mais – do que no bioma amazônico – 225 espécies de plantas com flores. No DF, que representa 0,28% do Cerrado, há 12.485 espécies; ou seja, 31% da flora do Cerrado está aqui, no DF.

Temos a responsabilidade de preservar esses recursos, pois 31% da flora está no nosso território, que está sendo amplamente devastado e amplamente utilizado para urbanização e ocupação de qualquer jeito. Estamos desprezando essas características.

E quais são as áreas mais vulneráveis? Pegue o mapa da Sema de vegetação e de uso do solo e você vai ver lá uma lista de fisionomias do Cerrado, que ocorre em menos de 2% do território. Quais são essas áreas? Cerradão, cerrado rupestre, campos rupestres. São áreas que merecem uma lupa de proteção. Não podemos deixar isso virar qualquer coisa. Temos de abrir os olhos para os recursos hídricos e também para a biodiversidade.

Eu agradeço a paciência. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito obrigado, Alba.

O Santa Rosa precisou sair. Então, eu vou seguir a ordem de inscritos.

BETÚLIA SOLTA – Eu posso falar?

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Pode.

BETÚLIA SOLTA – Eu vou ter de sair, pois sou mãe e tenho de pegar minha filha na escola. A participação popular também demanda essas conexões de agenda.

Eu queria agradecer a todo mundo. Eu vou me retirar de fininho para não atrapalhar o processo.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Tudo bem.

Obrigado pela presença, que foi muito importante. Vamos conversando, Betúlia. Espero que você consiga, obviamente, cumprir esse dever fundamental de pegar sua filha na escola.

Concedo a palavra ao André Tavares, do IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil.

ANDRÉ TAVARES – Obrigado. Boa noite a todos e todas.

Muito do que o IAB teria para contribuir aqui foi dito pelos componentes da mesa.

A situação tem sido acompanhada por nós, tanto dentro do Conplan quanto no CGP e no GTI. Ressalto que existem 2 agendas importantes para o DF, este ano, na pauta urbana, que são a Conferência das Cidades e o Plano Diretor, que, até o ano passado, estavam na mesma secretaria, a Seduh. Então, o mesmo corpo técnico tem de administrar essas 2 grandes agendas, o que seria algo impossível, devido à sobrecarga de trabalho que pesa sobre os técnicos da Seduh.

Algo que também temos apontado como problema no processo do PDOT é a quantidade de equipes técnicas, para tocar o processo de forma qualificada; a quantidade de servidores públicos para tocar esse processo de forma qualificada, visto que existe uma série de interesses no plano diretor. Existem interesses empresariais e interesses diversos nessa grande colcha de retalhos que é o planejamento urbano.

Portanto, são essas 2 grandes agendas. Nessas agendas, a conferência das cidades ainda não foi chamada para iniciar as atividades e construir uma conferência distrital. Tudo isso vai degradingando no problema do plano diretor, que é o não debate público qualificado sobre a agenda urbana do DF. Estamos com essa questão urgente, que é o plano diretor, sobre o qual já foram apresentadas diversas falhas conforme a escuta ativa da população durante esses anos.

Acho que foi extremamente falho fazer o prognóstico. Isso levou muito tempo. Depois, o debate ocorreu sem divulgação – portanto, sem a participação social – das oficinas, por RAs. Esse também foi outro ponto em que perdemos a qualidade no processo do debate, da escuta popular, devido à não conexão.

Tudo isso o CGP apresentava ao PDOT. Um dos pontos que apresentávamos era a articulação entre secretarias. O PDOT é de interesse de diversas secretarias e da população em diversos temas. Cito um exemplo: por que não fazer uma divulgação do plano diretor nas UBS, nas escolas? Por que não se colocar como linha política a educação urbanística? Por que isso não estava sendo debatido em outros espaços para, assim, atrair outros agentes para dentro desse tema?

Essas foram questões que sempre levantamos no CGP, mas a secretaria não trouxe muito resultado para nós, isso não se apresentou. Agora, nas reuniões que estão ocorrendo sobre macrotemas e temáticas de habitação, há grupos específicos interessados, mas não há grupos com um interesse maior nesse plano, nesse processo cidadão, que é construir uma cidade democrática, justa, sustentável, pensando no meio ambiente, no clima e no planejamento urbano.

Quero trazer um ponto crucial: o cidadão comum não sabe o que está acontecendo nesse processo do PDOT. Por causa do desenvolvimento urbano, ele se vê cada vez mais segregado do Distrito Federal. Está acontecendo uma gentrificação nas periferias. As pessoas não conseguem mais morar nas periferias, e o plano diretor, até o momento, não debate nenhum instrumento para combater essa gentrificação. Cada vez mais os moradores do DF não estão morando no DF. Eles não conseguem mais morar no DF, em virtude do valor do aluguel, da falta de habitação, de interesse social para a população, que se vê, cada vez mais, não pertencente ao local em que nasceu.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, André.

Concedo a palavra a Nicole Oliveira, diretora executiva da ONG Arayara.

NICOLE OLIVEIRA – Obrigada, deputado e deputada. Muito obrigada por vocês serem o bastião desse assunto e da defesa do meio ambiente das pessoas nesta casa.

O relato que ouvimos agora do Newton é lamentável. É lamentável uma pessoa que defende o seu território ser ameaçada de ter o seu corpo desovado em algum lugar. É por isso que temos um programa de defesa de defensores, porque o Estado está falhando, consistentemente, em defender as pessoas e o meio ambiente.

Hoje, a Seduh convocou a reunião do GTI 30 minutos antes de ela começar, na clara tentativa de esvaziar esta comissão geral. Protocolamos um mandado de segurança. Inclusive, eu queria conversar com o promotor Dênio a respeito disso porque acho que cabe uma ação civil pública para cancelar a reunião e remarcar-la, para que as pessoas que estão aqui possam participar do debate.

Os debates têm sido feitos de forma corrida. Já trataram aqui sobre como foi todo o processo. O Dênio explicou muito bem e, por isso, não vou me alongar muito. Basicamente, a reunião sobre zoneamento – zoneamento rural e os tipos de zoneamento – durou pouquíssimo tempo. Foi uma manhã! Em 1 hora, as pessoas tinham que decidir as propostas. O ato de decidir as propostas está tão vago que, quando entramos no *site* e procuramos “Zona Rural de Uso Controlado IV” – que é local onde se pretende instalar a usina termelétrica –, não vemos nenhuma nitidez no que significa “Uso Controlado IV”.

Essa denominação significa que há prioridade para a preservação da biodiversidade, prioridade para o uso e para a produção rural naquela área. Se há essas prioridades, não se pode instalar uma termelétrica nem passar um gasoduto ou uma linha de transmissão. Esses 3 projetos vão passar exatamente em cima da área que o mapa está demonstrando ser Uso IV.

A ETR, Empresa de Regularização de Terras Rurais, da Terracap, diz, no processo no SEI, que não há conflito fundiário e endossa a pré-proposta. Onde aconteceram os debates? Quem participou deles?

Então, acho que, realmente, temos que adotar uma medida jurídica para que todo esse processo seja pausado e para que seja feito um debate real e profundo a respeito de cada um dos zoneamentos e a importância de todos eles.

Para dar um exemplo de como tudo isso é importante, no local onde vão passar o gasoduto, a linha de transmissão e a termelétrica, está a bacia do rio Descoberto, que abastece 64% da população do Distrito Federal. Essa discussão tem que ser feita nesse âmbito.

Ontem, estivemos numa reunião no Condema de Samambaia, com o empreendedor da UTE Brasília. Eles estavam, literalmente, mentindo para a população e falando um monte de desinformação! Disseram, inclusive, que um dos benefícios da termelétrica seria gerar uma matriz de gás no Distrito Federal, que iria atrair indústrias que beneficiariam a população – indústrias de plástico e de fertilizantes!

Nem preciso dizer, mas acho que vale a pena, rapidamente, mencionar que esse projeto em especial vai contribuir para o agravamento das mudanças climáticas – incêndios, enchentes e secas cada vez piores – no Distrito Federal. O próprio Plano Clima não está sendo implementado no Distrito Federal. Ele foi engavetado. Inclusive, já discutimos isso, nesta casa.

Então, eu queria propor uma conversa em seguida a esta comissão geral, sobre as medidas possíveis e cabíveis que poderemos fazer juntos. Sugiro isso até porque o desembargador responsável pelo mandado de segurança não atende no balcão virtual e não tem WhatsApp. A reunião acabou e, obviamente, o mandado de segurança perdeu o objeto.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Nicole.

Quero anunciar a presença da deputada Paula Belmonte, presidente da CPI do Rio Melchior. Deputada Paula Belmonte, convido a senhora a fazer parte da mesa. Assim como a deputada federal Erika Kokay, quando quiser fazer uso da palavra, comunique-nos. Obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao Rafael Reis, do Instituto No Setor.

RAFAEL REIS – Boa tarde a todos e todas.

Falo em nome do Instituto No Setor, movimento que faz a ocupação do centro da cidade. Eu havia conversado, há uns 3, 4 meses, em uma atividade da ABJD, sobre a importância de fazer com que a discussão sobre o plano diretor não seja técnica, burocrática. Vi muitas pessoas citando alguns termos que estão muito distantes do dia a dia dos trabalhadores e das pessoas que constroem esta cidade.

O instituto tem feito um trabalho em rede, coletivo, com vários movimentos, falando sobre a necessidade de se garantir o direito à cidade e à cultura. Brasília tem se tornado uma cidade cada vez mais silenciadora dos movimentos culturais. Acabamos de fazer um Carnaval na cidade e foi muito triste ver vários blocos perdendo a territorialidade e sendo empurrados para um lugar que não é o seu

território de origem. Vários empreendedores da cultura e da noite da cidade estão tendo problemas em relação ao horário de funcionamento e a outras questões.

Precisamos olhar para o Plano Piloto com a visão de atualizar os pactos. Precisamos olhar para o território e para a potência daquele território, entendendo a cultura como um elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável. Quanto à cultura, acho que ninguém está negando a sua importância para a saúde mental e no campo simbólico, mas ela também tem uma importância econômica muito gritante, e precisamos discutir isso.

Temos escutado vários relatos a respeito da dinâmica, do movimento dos fazedores de cultura e dos empreendedores de irem para regiões centrais de Brasília como Conic, Setor Bancário Norte e Setor Comercial Sul, mas, na verdade, a cidade está expulsando cada vez mais esses empreendedores. Isso faz com que arrecademos menos impostos e haja menos vagas de emprego permanente ou temporário. Precisamos fazer essa discussão.

Trouxemos um documento apresentando alguns pontos. Primeiro, precisamos reconhecer a cultura como elemento fundamental para planejar a cidade e olhar a potência de cada território. O Ministério Público está presente, e temos feito com ele diálogos importantes sobre o Carnaval e todas as atividades culturais, em uma construção ampla que envolve diversos atores. É importante trazer isso para a discussão do PDOT.

Precisamos também discutir o uso dos espaços e territórios porque há, na cultura, especificações e peculiaridades. O Setor Comercial Sul não tem moradores, mas enfrenta problemas com a ocupação cultural. Nós temos problemas com o Hospital de Base e com o Setor Hoteleiro. Mas ainda é um dos poucos locais da cidade que permite ocupação noturna sem limitação de horário.

Não estamos defendendo que não haja regras ou que não haja um normativo que regule isso, mas precisamos adaptar e ajustar o planejamento com base nas necessidades específicas de cada território, considerando a cultura como transversalidade.

A ONU realizou no ano passado um encontro de cidades criativas: Brasília, Cidade Criativa do Design, destacando o papel fundamental da cultura na implementação da Agenda 2030, inclusive no enfrentamento às mudanças climáticas e na sensibilização das comunidades.

O nosso apelo é para que o PDOT tenha a cultura como pano de fundo para promover o desenvolvimento sustentável de todos os territórios do Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Rafael. É importante reforçar que estamos brigando para mostrar que o setor produtivo não é só concreto, a cultura é importante para o desenvolvimento da cidade.

Concedo a palavra à senhora Leide Armond, do Movimento Bosque Trevo da Amizade.

LEIDE ARMOND – Boa tarde. Meu nome é Leide. Nasci na Ceilândia em 1979 e moro lá desde então. Estou aqui para falar do meu território, do qual tenho propriedade para falar. Valorizo o conhecimento ancestral passado pelos meus pais desde que foram movimentados da Vila IAPI para lá. Falar do nosso território é falar de um lugar que conhecemos.

Embora o PDOT tenha um olhar mais urbano – eu até concordo com isso –, ele não está cuidando das questões ambientais. Estamos vivendo uma crise climática que não é mais previsão para o futuro, ela já está entre nós, as ondas de calor extremo têm se tornando rotina. E sabemos bem quem sente esses impactos primeiro e de forma mais forte: a população de periferia.

Nas áreas centrais, encontramos sombra, áreas verdes, ventilação e ar-condicionado, até nos equipamentos públicos, como na Câmara Legislativa. Mas, nas quebradas, onde eu resido, como a Ceilândia, irmã do Sol Nascente e Pôr-do-Sol, os ventos são difíceis, as ruas não têm árvores e as casas são apertadas. Não vejo como contribuir para um IPTU verde em um lote de 144 metros quadrados. Há muito concreto e pouca atenção do Estado. Moro lá desde 1979 e nada mudou. É um calor que castiga, que adoce, que tira a dignidade. É por isso que existem os chamados refúgios climáticos, muito falados hoje em dia, como é o caso do coletivo que represento, o Bosque Trevo da Amizade, na Expansão do Setor O. Também há o Bosque da QNO 7; a Lagoinha, que fica no Sol Nascente; e o Bosque da ADE do P Sul. Não estou citando outros porque estamos falando aqui de território, e da Ceilândia eu entendo.

O que tem que estar no centro do plano diretor? As áreas verdes da Ceilândia e de outras RAs periféricas – isso tem que estar no centro. Digo com precisão que 90% dos ceilandenses não sabem

nem o que significa PDOT. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial não pode ser um plano feito para o Plano Piloto ou para quem já tem estrutura. Ele precisa garantir justiça territorial e climática. Precisa proteger quem mais precisa. Refúgio climático não é luxo, é um direito. Estamos falando de espaços com sombra, ventilação, acesso à água, praças arborizadas, equipamentos públicos preparados para acolher a população nos momentos de calor extremo. Estamos falando de saúde, de proteção da vida, porque, quando plantamos árvores, plantamos vida. O Bosque Trevo da Amizade foi objeto de uma nota técnica da Sema dizendo que é um espaço que deve ser preservado, inclusive por causa da recarga de aquíferos. Só que estamos em cima de terrenos da Terracap.

Por isso, é fundamental que o PDOT traga diretrizes claras, com orçamento e prioridade, para a criação e manutenção desses refúgios nas regiões periféricas. Sem isso, o que estamos fazendo é empurrar os mais pobres para a frente da crise ambiental.

Mais uma vez, peço encarecidamente a todos da mesa que escutem as vozes da periferia, que construam um plano diretor que respeite o direito à cidade, o direito ao clima e à vida, porque enfrentar a mudança climática com justiça social começa no território de cada RA especificamente e não genericamente como um DF só. Não dá mais para adiar, o futuro é agora e ele precisa incluir todos nós.

Muito obrigada.

PRESIDENTE DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Obrigado, Leide. É fundamental essa contribuição. Quero dizer que vamos lutar muito para garantir no PDOT a justiça ambiental, social e econômica para todo o Distrito Federal. O PDOT precisa ser um instrumento de combate às desigualdades. Acho que isso é central.

Anuncio também a sétima carta que recebemos hoje, por escrito, aqui na mesa, a carta-compromisso pelo direito à cidade e à cultura na revisão do PDOT, para os encaminhamentos finais aqui desta comissão geral.

Passo a palavra ao Antônio Menezes Júnior, do CAU.

ANTÔNIO MENEZES JUNIOR – Gente, desculpem-me a ousadia. Todos estão à mesa, comportados, e eu venho para o púlpito, mas tenho uma razão para isso.

A razão é a seguinte, deputado Gabriel Magno: no movimento estudantil, ouvíamos o orador do lado da mesa. Havia acusações de manobras para o pessoal não falar, mas o pessoal ficava do lado da mesa e todo mundo falava. A Erika, de vez em quando, chegava lá. Então, é uma birra nossa ver o pessoal falar da plateia e não ser ouvido, não ser visto.

Muito obrigado pelo convite, estou aqui em nome do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. O deputado Gabriel Magno nos honra pelo exemplar mandato em favor dos direitos sociais, ambientais e coletivos.

Neste momento, apresento rapidamente o Conselho de Arquitetura e Urbanismo: é uma autarquia especial que não representa todas as visões do mundo a respeito do exercício profissional da arquitetura e urbanismo, mas é mais do que isso – ou antes disso –, é a possibilidade de um espaço público de geração, produção, conhecimento e propostas para diferentes temas em que o arquiteto é convidado a participar, seja no exercício profissional, seja no exercício da cidadania, com propostas que levem à melhoria dos instrumentos legais e dos processos de gestão e participação da sociedade.

Não há a menor dúvida de que o PDOT é um compromisso desde o início do nosso mandato e que, na Comissão de Política Urbana, o espaço privilegiado desse debate acontecerá com a participação de especialistas, pesquisadores, trabalhadores, estudiosos e membros de outros conselhos profissionais. Humilde, mas honrosamente, nos apresentamos e já entreguei ao amigo Igor um resumo do que foi possível acumular até o momento em relação a alguns dos diversos temas abordados. Aprendi muito e gostaria de, da mesma forma, contribuir, em nome do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, para que esse conhecimento, que são possibilidades de diretrizes – algumas já no texto legal do PDOT, outras talvez em instrumentos infralegais ou complementares – seja considerado. É essencialmente uma mensagem política de que o conhecimento é fundamental, as pesquisas, o trabalho dos trabalhadores das pesquisas e dos movimentos sociais são fundamentais para alimentar o conteúdo desse plano diretor.

Finalizo com um breve resumo dos títulos dessas propostas, deputado Gabriel Magno, no que diz respeito às questões ambientais.

A partir de pesquisas e contribuições de parceiros do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, há uma preocupação em relação às zonas de interesse ambiental nas fronteiras entre o urbano e o rural,

nas áreas de preservação de mananciais e nos espaços privilegiados de produção de alimentos, como ecovilas e agrovilas.

Destaco o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais e a regularização fundiária plena, com prioridade para as Aris. Estamos bastante atrasados. Como comprovamos no seminário focado no ano de 2024, o GDF está muito carente e atrasado em sua capacidade de formular uma política, um programa com recursos, enfim, com todos os elementos necessários de que uma política e um programa necessitam em sua implementação.

A questão da posse coletiva para a produção rural e periurbana também é abordada no documento. Além disso, há destaque para o fortalecimento do EIV, como instrumento capaz de orientar.

Ressalto ainda a importância de definirmos parâmetros para aferição da função social da terra e da propriedade. Essa definição será viável na medida em que o monitoramento for efetivado, conforme as discussões que realizamos com os membros do CGP nas reuniões em que já foi abordada a questão, a qual continuaremos abordando.

Por fim, como já mencionei, há a necessidade de um núcleo de monitoramento.

Para encerrar, informo que o documento, deputado Gabriel Magno, apresenta um repertório de boas práticas já adotadas em cidades brasileiras no âmbito de seus planos diretores, o que é justamente o nosso foco principal neste debate. Assim, entrego este material ao deputado Gabriel Magno e agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Antônio.

Agora farei a leitura dos nomes para facilitar a organização dos presentes: Stella, da Prefeitura do Lago Norte; Alex Pereira, do Movimento Altiplano Rural; Flávia Ribeiro da Luz, da Associação Park Way Residencial; Sérgio Moreira Lima, vice-presidente do Conselho de Moradores do Lago Sul; Doralvino Sena, da Comdema, representando o Lago Norte e o Parque das Águas.

Estão presentes a deputada Paula Belmonte e a deputada federal Erika Kokay, que podem se manifestar.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Peço licença. Como se chama a senhora que estava falando quando cheguei? Nicole? Prazer, Nicole.

Peço desculpas pelo meu atraso, pois eu participava de outra reunião. Quando cheguei, a senhora falava sobre a termoeletrica, correto? Considero importante informar a todos os presentes que esta casa possui uma CPI extremamente relevante: a CPI do Rio Melchior.

A situação do rio Melchior, acredito que todos os parlamentares que compõem esta mesa – como a deputada federal Erika Kokay e o deputado Gabriel Magno – vêm acompanhando a situação da poluição que está em curso e que ocorre há bastante tempo. Atualmente, procurador Dênio, temos denúncias de contaminação atingindo até mesmo pessoas que não residem às margens do rio.

O objeto de investigação da CPI, da qual sou autora e que protocolei com o apoio do deputado Gabriel Magno e de outros parlamentares, evidencia que, em uma região próxima, há casos de crianças que, aos 2 anos de idade, já apresentam os primeiros dentes careados. É um absurdo vermos um rio sendo poluído desta forma. Ele já é classificado no grau 4 de poluição e continua a permear o solo e a contaminar os lençóis freáticos.

Essa CPI é fundamental para o futuro das políticas públicas de sustentabilidade no Distrito Federal.

Nesse contexto, a questão da termoeletrica também faz parte da abordagem. Embora, inicialmente, não fizesse parte do objeto da CPI, mas, como iremos tratar do rio Melchior, a CPI abordará também essa questão, porque a implantação da termoeletrica resultará no aumento da temperatura da água do rio Melchior. O que ocorre é que, quando a temperatura do rio se elevar, modificará a situação hídrica e as condições do próprio solo. Não sou da área de saúde, mas todos nós sabemos que, em um local mais aquecido, a proliferação de bactérias e fungos aumenta. Então, se há poluição no rio, ela se tornará muito maior em razão dessa proliferação.

Por que estou falando isso? Porque acredito que esta é uma oportunidade de pedir apoio a vocês, à sociedade civil presente, para que estejam ao lado da nossa CPI e pressionem os parlamentares. Hoje, realizamos a nossa segunda reunião – na qual eu e o deputado Gabriel Magno

estivemos presentes –, mas não houve quórum, porque os outros parlamentares não foram, doutor Dênio. É um absurdo acontecer uma situação dessas. Por quê? Porque queremos uma CPI propositiva que se torne referência no cuidado dos mananciais no Distrito Federal.

Dito isso, deputado Gabriel Magno, quero parabenizá-lo, mais uma vez, pela realização desta audiência pública tão importante; no entanto, senti falta do pessoal da Seduh. Eles vieram?

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Eles foram convidados, mas não vieram.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Estou vendo o pessoal da Sema. Parabéns! Mandem um abraço para o nosso secretário e para o subsecretário Renato Santana.

Isto é um absurdo: não vir um representante da Seduh à casa do povo, onde há a representação da população, para tratar de um projeto dessa magnitude. O PDOT vai mudar não só a área urbana, como vi uma senhora falando, mas também a área rural, como em São Sebastião, Planaltina, Brazlândia. É uma preocupação real.

Nesse sentido, quero dizer que o meu gabinete, por meio da nossa assessoria, esteve presente em 98% das audiências durante a cobertura do PDOT e, agora, nessas audiências que estão acontecendo pela Seduh, para falar de um projeto que não existe, doutor Dênio. Ele não existe. Nós não sabemos o que podemos melhorar nele. Ele foi apresentado para nós, deputada federal Erika Kokay, assim: “Nós vamos apresentar o projeto para os parlamentares contribuírem antecipadamente, para não acontecer aquela correria do PPCUB”.

Eu venho cobrando isto em toda reunião de líderes, assim como o deputado Gabriel Magno: onde está o projeto? Onde está o mapa? Não existem. Demoraram 10 anos para construir o PDOT; porém, agora, querem que nós o analisemos em quantos meses, se ele nem chegou ainda? É necessário que haja uma dilatação desse tempo que está sendo proposto. Parece que querem marcar a reunião pública para o dia 29 de abril. Não há a menor condição, precisamos enfatizar esse fato.

Eu vou ler o que a assessoria escreveu: “Os mapas apresentados dentro do eixo temático são resultados de um texto que trará também princípios, diretrizes e instrumentos jurídicos de planejamento territorial”, o que ainda não foi apresentado. Como vamos discutir algo que não sabemos o que será? Como vou prescrever um remédio, se não sei se a pessoa ainda está doente? Isso não tem lógica.

Eu tenho conversado muito com as pessoas, e elas estão falando: “A gente precisa de tempo para poder fazer esse plano diretor”. Não temos necessidade de que seja neste ano. Por que tem que ser neste ano? Nós temos um prazo a ser cumprido? Temos. Mas estamos falando da expansão do Distrito Federal. E existem também outras áreas, que são de preservação.

Eu vi esse mapa ao redor do Distrito Federal. Dizemos que é um mapa aquecido! Nós vamos expandir mais, para acabar com as nossas nascentes? Quando fazemos a expansão de área territorial, principalmente para habitação, o que é necessário, porque as pessoas precisam de habitação, temos que pensar em política pública total. Precisamos saber como vai ser o transporte, como são as vias de acesso, se vai haver escola e como está o lugar para que haja um hospital. Se for para jogar a população, já basta o Paranoá Parque, que foi feito sem nenhuma sustentabilidade; já basta o Mangueiral, que só teve escola depois de muito tempo.

Deputado, eu quero parabenizar todos os presentes e pedir algo: não vamos desistir do nosso Distrito Federal! Daqui a pouco chega a eleição, e eu não estou pedindo voto para ninguém, não. Mas é pela pressão popular que mudamos as coisas. E, se nós estivermos aqui... Hoje eu falei para o deputado Gabriel Magno: 1 andorinha não faz verão; 2 andorinhas, com coragem... Eu nem sou do partido do deputado Gabriel Magno. Na realidade, temos muitos pensamentos diferentes, mas estamos sempre juntos. Por quê? Porque temos um objetivo comum, que é o melhor para a população.

Nós precisamos do apoio dos senhores. Nós temos a oportunidade, com essa CPI, que tem poder de polícia, tem poder judiciário, de discutir a questão da termoeletrica, com propriedade, com o Ministério Público, com a polícia, com todo o aparato da Câmara Legislativa.

É muito importante que os senhores nos tragam informações e façam essa pressão nos parlamentares. Porque é lastimável, com o custo que há para a Câmara Legislativa movimentar TV – são vários os profissionais envolvidos – que uma sessão não aconteça porque não há parlamentar presente. Eu, sinceramente, sinto-me envergonhada, porque isso tem um custo. Hoje, custou para o nosso bolso toda essa estrutura. E esse custo foi para quê? Para simplesmente abrimos e fecharmos a sessão. Isso não está certo, não é honesto com a população.

Peço que fique registrada a ausência da Seduh, que fique registrado que nós ainda não

dispomos de um documento efetivo para fazermos as melhorias e não temos tempo hábil. Não há como utilizarmos um documento que está sendo construído há 10 anos e falarmos para os técnicos o estudarem em 1 mês. Não há lógica nisso.

Nós estaremos aqui não contra o PDOT, mas contra a forma como ele está sendo feito, porque devemos ter responsabilidade com isso.

Que Deus o abençoe, deputado! Sou muito grata por essa sua intervenção e conte comigo na Câmara Legislativa.

Sou grata à deputada federal Erika Kokay, que está aqui acompanhando as questões do Distrito Federal. Eu sei que, muitas vezes, a Câmara dos Deputados absorve muitas dessas questões. Eu sei disso porque estive lá, fui deputada federal. A sua presença representa um apoio.

Em relação à termoeletrica, nós precisamos entender o que o Ibama está fazendo. Há outras questões envolvidas. Estão querendo remanejar uma escola. Já há poucas escolas, e ainda querem remanejar uma escola? São questões como essa que nós precisamos verificar com muito cuidado, garantindo tempo para que a sociedade possa se manifestar.

Grata. Que Deus abençoe a todos! (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Eu já fiz o convite para a próxima reunião da CPI, que será no dia 24 de abril, às 11 horas. Espero que todos compareçam.

A deputada Paula Belmonte citou que, às vezes, nós temos divergências ideológicas sobre os caminhos a seguir. Entretanto, eu acho que há algo que nos une nesta casa, no ambiente da luta política – aqui, eu também falo em nome da deputada federal Erika Kokay –, que é estar na política para cuidar das pessoas. Esse é o compromisso que nós firmamos. Podemos divergir, muitas vezes, quanto à forma de fazer isso, mas eu acho que esse compromisso comum de cuidar das pessoas e fazer uso da política para esse fim nos une.

Quero dizer que nós já recebemos a oitava carta, que versa sobre a preservação de áreas verdes nas periferias. É da Associação Amigos do Bosque Trevo da Amizade, na Expansão do Setor O. Ela também será encaminhada para todas as autoridades.

Concedo a palavra à Stella Castro, da Prefeitura do Lago Norte.

STELLA CASTRO – Boa noite a todos. Deputado Gabriel Magno, agradeço a oportunidade de aqui estar.

Eu sou conselheira pela Prefeitura Comunitária da Península Norte, uma associação comunitária de vizinhança. Somos uma associação civil, sem fins lucrativos. Aproveito para destacar que, apesar do nome, nós não temos vínculo com qualquer órgão de governo, nós não integramos o *staff* de governo. Nossa associação foi fundada em 1979.

O tema específico que trazemos em relação ao PDOT é sobre o transporte, o sistema viário, a circulação e a mobilidade. A Lei Complementar nº 803/2009, que aprova a revisão do PDOT, destaca, nos seus arts. 18, 19 e 20, as diretrizes para se garantir a acessibilidade universal dos usuários do sistema de transporte coletivo e promover a implementação da integração multimodal dos serviços de sistema de transporte coletivo.

Dentro dessa diretriz, nós destacamos o documento intitulado O Distrito Federal que a Gente Quer em 2040, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do DF, Codese, que propõe a construção de um terminal norte, com extensão de metrô para essa região, visando integrar sistemas de transporte de média e alta capacidade. É importante priorizar o transporte coletivo, em detrimento do individual.

Nós lembramos e destacamos que há 2 universidades na Asa Norte, a UnB e o UniCEUB; e, mais recentemente, no Centro de Atividades do Lago Norte, CA, surgiu a Universidade do Distrito Federal.

Um terminal norte faz-se importante não só para quem mora no Lago Norte, mas também para todos aqueles que utilizam os serviços que essas universidades prestam à comunidade. Como exemplo cito o consultório modelo da Faculdade de Psicologia. Então, faz-se importante haver um terminal norte para atender o deslocamento de funcionários, estudantes, professores e prestadores de serviços para essa área. Faz-se importante a instalação desse terminal, porque ele também pode ser um centro comercial, com prestação de serviços e acolhimento dos transportes e das pessoas vindas do Paranoá,

do Itapoã, do Varjão e dos núcleos rurais da região Norte.

Outro objetivo importante quanto à instalação desse terminal é evitar uma ocupação indevida e, depois, desapropriação, como bem foi destacado pelo deputado Chico Vigilante.

Estamos aqui para pedir o apoio de todos os integrantes dessa Mesa Diretora e do gabinete do deputado Gabriel Magno para a viabilização de um transporte público coletivo de qualidade em todo o Distrito Federal e, em especial, para a instalação de um terminal norte que leve o metrô e facilite a integração do transporte coletivo para essa parte do Distrito Federal.

Muito obrigada pela oportunidade e atenção. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Stella.

Conforme o doutor Dênio disse, a tarefa e o encaminhamento é articular o PDOT com outros planos, como o PDTU, que trata do transporte e da mobilidade urbana do Distrito Federal, para que possamos chegar a uma cidade que seja integrada com relação aos direitos e serviços.

Concedo a palavra ao Alex Pereira, do Movimento Altiplano Rural.

ALEX PEREIRA – Boa noite.

Em nome do Movimento Altiplano Rural, gostaria de agradecer a iniciativa do deputado e a presença de todos os colegas. É uma riqueza podermos escutar uns aos outros, para enriquecer a nossa visão, para fortalecer a nossa união. Como isso é importante!

O altiplano rural se localiza entre o Paranoá, o Jardim Botânico e o Lago Sul. Hoje, essa é a última área remanescente de natureza na região. O altiplano rural é uma das 2 áreas de maior recarga de aquífero do DF. Por isso, há a importância de mantermos aquela região o mais preservada possível.

Em função, principalmente, dessa importância na recarga de aquíferos, a nossa maior reivindicação é pela manutenção das áreas que são consideradas rurais e pela reversão de algumas áreas que foram consideradas urbanas, dentro do altiplano, para áreas rurais. No PDOT de 2009, algumas partes que são APPs foram classificadas como áreas urbanas.

Eu gostaria de protocolar as nossas reivindicações de maneira mais detalhada, por eixo temático do PDOT.

Para finalizar, eu gostaria de trazer uma pequena reflexão para os parlamentares, principalmente para aqueles que não estão presentes. A natureza nos pertence ou somos nós que pertencemos à natureza? A natureza é muito maior e muito mais poderosa do que toda a nossa humanidade e tecnologia.

Terminando a minha fala, eu gostaria de dizer que a natureza não precisa de defesa. Nós não precisamos defender a natureza. Nós, humanos, podemos desaparecer, que a natureza continua. A natureza se renova, a natureza se transforma. Então, é importante termos consciência de que nós estamos lutando pela preservação da nossa humanidade. A natureza não precisa de nós.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Alex.

Já recebemos a carta do Movimento Altiplano Rural e a encaminharemos.

Já fica como uma sugestão, Alex, a sua fala. Vamos reforçar que levaremos todos os encaminhamentos aos 24 gabinetes da Câmara Legislativa, para que os deputados que não vieram tenham acesso ao conjunto do debate.

Concedo a palavra à Flávia Ribeiro da Luz.

FLÁVIA RIBEIRO DA LUZ – Meu nome é Flávia Ribeiro da Luz. Sou presidente da Associação Park Way Residencial.

Eu gostaria de agradecer ao deputado Gabriel Magno a oportunidade dada à comunidade civil de participar da elaboração do PDOT. Até agora, a vontade da população não foi incluída na elaboração do PDOT, o que dá a impressão de estar sendo redigido apenas para regularizar o interesse dos empresários – mais do mesmo.

O atual Setor de Mansões Park Way, SMPW, foi criado em 1958, pelo urbanista Lucio Costa, com a denominação inicial de Mansões Suburbanas Park Way, MSPW, registrado em cartório em 1961. O projeto, elaborado pela Novacap, com lotes exclusivamente residenciais e de baixa densidade, tinha como objetivo central constituir um cinturão verde do Plano Piloto.

A expressão “cinturão verde do Plano Piloto” evidencia que o Setor Park Way foi idealizado para ter um alcance muito mais alargado e importante do que apenas ser uma área residencial. Foi projetado com a missão de preservar as diversas nascentes, os riachos e os córregos abundantes em sua região, cumprindo assim um papel essencial ao equilíbrio ambiental. Essas áreas formam um dos principais afluentes da bacia do lago Paranoá, contribuindo diretamente para a manutenção do ecossistema hídrico de Brasília e fortalecendo a conexão entre urbanização e natureza.

A bacia hidrográfica do lago Paranoá, fundamental, entre outros aspectos, para o abastecimento de Brasília, é um exemplo claro da importância do Park Way para o equilíbrio hídrico de Brasília. Os cursos d'água que nascem ou passam pela região respondem por um volume significativo da água que chega ao lago Paranoá.

No Park Way, destaca-se a APA Gama Cabeça de Veado, que foi criada com o objetivo de proteger as cabeceiras do ribeirão do Gama e do córrego Cabeça de Veado – Decreto Distrital nº 9.417/1986. Grande parte dos cursos d'água que compõem essa importante bacia nascem ou passam pelo Park Way e respondem por cerca de 35% do volume da água do lago Paranoá.

A bacia do córrego Vicente Pires, por sua vez, que também fica no Park Way, é formada por importantes córregos que nele deságuam, como Vereda da Cruz, Arniqueiras e Vereda Grande. Esse córrego e o córrego Samambaia fazem parte da sub-bacia do Riacho Fundo, que pertence à bacia do lago Paranoá.

O cuidado com a preservação dessas áreas não deve ser apenas uma responsabilidade local, mas, acima de tudo, uma prioridade governamental para a sustentabilidade hídrica e ambiental da cidade como um todo.

Tendo em vista a importância ambiental do Park Way, somos contra a alteração do atual zoneamento urbano desse setor – atualmente ele é uma zona urbana de uso controlado –, para zona urbana consolidada. A única finalidade dessa alteração é regularizar as invasões, sobretudo as de Arniqueiras, que já ocuparam irregularmente as áreas intersticiais das quadras de 1 a 5 do Park Way.

Solicitamos, igualmente, que, no projeto de regularização do Setor Habitacional Arniqueiras, Arine Arniqueiras, não sejam incluídas as áreas verdes do Park Way.

Essa é a minha mensagem. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Flávia.

Concedo a palavra ao Sérgio Moreira Lima, vice-presidente do Conselho de Moradores do Lago Sul. Ele foi embaixador do Brasil em Israel e na Austrália.

SÉRGIO MOREIRA LIMA – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Fui embaixador na Hungria e nos territórios palestinos também. No primeiro ano, fui embaixador em Israel e também nos territórios palestinos. Falava com o Ariel Sharon e também com o Yasser Arafat. Foi um período difícil.

Agradeço muito, deputado Gabriel Magno, a oportunidade de estar aqui junto de outros moradores líderes das suas comunidades, em busca de dar uma contribuição ao PDOT. Francamente, não sei se estamos vivendo um período de ordem ou de desordem territorial.

Creio que a preocupação dos moradores do Lago Sul é com a desordem territorial em que estamos vivendo. Ela cria uma aflição muito grande para nós. Cria muita incerteza para os moradores, que não sabem exatamente o que vai acontecer no dia seguinte.

De tudo o que ouvi hoje, 3 preocupações são essenciais, a meu ver. Uma é o conceito de sustentabilidade, que é um conceito moderno, um conceito que tem a ver com essa nova era que estamos vivendo, de mudança climática. Outro conceito é o de democracia e de humanidade. Estamos diante de uma questão de representação, ou seja, saber se conseguimos fazer com que nossos representantes e governantes estejam em sintonia com as preocupações das comunidades, dos bairros. Esse deve ser o objetivo. As cidades, desde que foram concebidas, desde que foram pensadas, na Grécia antiga, foram evoluindo com a preocupação de fazer com que houvesse uma boa sintonia entre representantes e representados. Nesse aspecto de humanidade, considerando o testemunho riquíssimo que foi dado aqui, a resposta é que nós, governantes e governados, não estamos em sintonia. Parece que há um diálogo de surdos. Além disso, o terceiro ponto, há um problema de natureza criminal – ameaças, coações, intimidações. Isso faz com que os moradores do Lago Sul estejam vivendo um processo de incerteza e de insegurança.

O Lago Sul foi concebido para ser uma área de baixa densidade, mas, a todo momento, vemos um posto de gasolina ser criado, vemos uma transformação territorial que não corresponde efetivamente ao planejamento básico da cidade – que deveria ser de baixa densidade e proteger suas áreas verdes para haver sustentabilidade.

Hoje em dia, a qualidade do ar do Lago Sul está sendo prejudicada, assim como a qualidade do ar de Brasília, de um modo geral. Não há mais certeza sobre o suprimento de água. A cidade está ficando cada vez mais seca em razão da urbanização desenfreada e predatória, em que áreas verdes e espaços de nascentes estão dando lugar a prédios e construções.

O pior de tudo é a ocupação. A maneira como a cidade está sendo governada estimula a ocupação ilegal, com a promessa de regularização daqui a alguns anos.

Tudo isso nos preocupa muito. Gostaríamos, então, que o PDOT efetivamente fosse o que ele deveria ser. Gostaríamos que ele estabelecesse um ordenamento, mas um ordenamento com base em alguns princípios. Um deles, o mais importante, é o da sustentabilidade. Nós queremos que os brasileiros, que os meus filhos, meus netos, meus bisnetos tenham condições – daqui a 30 anos, 40 anos – de viver nesta cidade. O que nós estamos vendo, hoje em dia, não é bem isso. Nós estamos diante de uma situação desastrosa.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito obrigado, embaixador.

Concedo a palavra ao Doralvino, do Parque das Garças. Eu erradamente havia dito “Parque das Águas”, mas as garças e as águas estão juntas.

DORALVINO SENA – Antes de mais nada, eu queria cumprimentar o deputado e amigo pela iniciativa e, dessa forma, cumprimentar essa maravilhosa mesa que vemos. Aliás, estamos sempre juntos. Então, isso aqui já virou uma fraternidade.

Eu quero cumprimentar também a nossa plenária.

Eu começo dizendo que nossa Brasília dormia sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações. Nós, que somos seus filhos, não erramos cegos pelo continente. Nós não levamos pedras feito renitentes nem estamos erguendo estranhas catedrais. Nós estamos lutando.

Posto isso, eu chamo vocês para uma reflexão fundamental. Vou até tomar uma carona no que o embaixador falou sobre sustentabilidade. Eu trabalhei como auditor ambiental num banco. Uma das coisas fundamentais para a sustentabilidade é o tripé dela. A sustentabilidade é como aquele banquinho de tirar leite, de 3 pernas. Ela tem o eixo social, o eixo ambiental e o eixo econômico. Esses 3 eixos têm de ser do mesmo tamanho. Se eles não forem do mesmo tamanho, o banquinho cai, e o leite vai por água abaixo. Infelizmente, o que estamos vendo aqui, em Brasília, é isso.

Eu venho lá do Sul, onde pagamos recentemente um preço muito grande pela irresponsabilidade dos anos 80 e 90, pagamos pelo que foi feito lá. Denunciávamos, falávamos, mas não éramos ouvidos. Nós éramos os ecochatos. O que aconteceu no Sul estamos vendo agora. O preço que existe é imenso, porque falamos também de vidas humanas, que não têm preço.

Em Brasília, continuamos caminhando no mesmo sentido. Todo mundo aqui falou um ponto comum. Todos afirmaram que existe aqui uma espécie de indústria, é um território no qual se estimula a invasão – em qualquer área –, para depois regularizar essa invasão e colher os frutos eleitoreiros dessa prática. Eu frequento Brasília desde a década de 80 e eu vejo essa prática contínua. Nós temos de lutar contra isso.

Para precisar essa questão do PDOT, eu tenho 2 coisas importantes a apresentar. A primeira delas é a defesa do Parque das Garças, mas não só do Parque das Garças. Todos os parques de Brasília estão sendo atacados. Eu estive no Parque dos Pioneiros um dia desses. A estimulação da ocupação errada do solo está tomando conta de uma parte do Parque dos Pioneiros, na Candangolândia. Outra questão importante aconteceu recentemente no Gama, onde vimos que foi destruída uma área urbana para construir um Cepi. Há tantas áreas no Gama para serem construídas, mas usaram uma área onde destruíram dezenas de árvores.

Outro assunto que me assola e que preocupa toda a população da parte norte de Brasília é a questão das pontes. Existe um mistério em Brasília com relação a 4 pontes que vão ser construídas. Uma delas será na saída norte, na continuação da L4, que vai à QL 8 do Lago Norte. Outra sai do Lago Norte, perto do Sarah, em direção à estrada do Paranoá. Essas pontes estão vinculadas a quê? Vinculadas à Serrinha, ao Taquari, à expansão. Vemos que tudo está indo para o mesmo lugar.

Finalizando, é muito importante termos consciência da importância do PDOT. O PDOT é muito importante porque ele é o ordenamento territorial. Tudo acontece no território – a urbanização, a defesa do meio ambiente, a sustentabilidade. É importante que resgatemos tudo isso com a participação do nosso governo.

A comunidade está aqui. O governo não pode se omitir. Para isso, todos os mecanismos terão que ser usados, inclusive quanto a essa questão do rio Melchior, que não pode ser esquecido.

Saúdo todos os que estão aqui e faço esta pergunta: “Onde está o GDF?” (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Doralvino.

Concedo a palavra a Lucimar da Silva.

Informo que chegou o relatório do córrego Vicentinho, que constará dos encaminhamentos finais desta comissão geral.

LUCIMAR DA SILVA – Boa noite a todos. Boa noite ao deputado Gabriel Magno e à deputada federal Erika Kokay, que faz o possível e o impossível pelo serviço social.

Eu gostaria de pedir a todos os deputados e ao Ministério Público que nos ajudem a construir o Cras de Samambaia Norte. Foi na reunião do PDOT que eu consegui uma área bem grande para ser construído o Cras de Samambaia Norte, onde a vulnerabilidade social está tão grande que estão matando as pessoas em situação de rua.

As mães não têm condições de fazer o cadastramento no Cras. Elas não conseguem fazer isso porque lá não há telefone e porque eles não atendem pessoalmente. Eu gostaria de pedir à deputada federal Erika Kokay, ao deputado Gabriel Magno e ao Ministério Público que nos ajudem para que haja embasamento para a construção do Cras em Samambaia Norte.

Eu não consegui falar com a Ana Paula Marra. Tentei marcar reunião com ela e não consegui. Só consegui falar com a chefe de gabinete. Eu gostaria que ela autorizasse a construção do Cras em Samambaia Norte. Já ganhei emenda parlamentar, pedi a construção do Cras, e ela devolveu a emenda. Recentemente, pedi a construção do Cras, de novo. Não podemos deixar o Cras de Samambaia Norte como está. O lote está cheio de lixo! Isso é uma vergonha! As mães que não têm condições precisam desse Cras. Elas não conseguem fazer cadastramento no Cras de Samambaia Sul porque Samambaia Norte tem 6 mil habitantes. Não há condições!

Peço aos deputados da Câmara Legislativa que me ajudem com o ofício que mandei para esta casa; ao Ministério Público que me ajude e me dê forças para construir esse Cras, que já deveria ter sido construído. Desde 2023, estou tentando que esse Cras seja construído para ajudar a parte mais vulnerável da sociedade. Estão matando as pessoas em situação de rua. As famílias mais vulneráveis não conseguem agendamento no Cras. Isso é uma vergonha e uma falta de respeito com a nossa sociedade.

Eu estava usando vermelho para mostrar o tamanho da vergonha desse governo! Preciso de ajuda. Não consigo agendamento com a secretária. Isso é uma falta de respeito e de vergonha. O Rôney Nemer já tentou – comigo – o agendamento. Não conseguimos. Eu preciso da ajuda da deputada federal Erika Kokay para eu falar com a secretária. Não sei por que ela não quer falar comigo.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Obrigado, Lucimar. Está anotado o seu pedido.

Temos encaminhamentos de cartas e sugestões. Vou fazer o relatório desta comissão geral com os encaminhamentos. Uma das cartas pede a ampliação do prazo de entrega de contribuições à Seduh.

Hoje, vimos uma demanda óbvia de participação. Nesta casa, já há várias frentes parlamentares que tratam da questão ambiental, dos recursos hídricos e de outras questões sobre as quais o PDOT também trata. Sugiro que avaliemos a criação de uma frente específica sobre o PDOT, com a tarefa de ampliar esse debate. Vamos fazer, por intermédio da Câmara Legislativa do Distrito Federal, um conjunto de escuta por temas, nos territórios, para ampliar o debate. Hoje, vimos que isso é urgente. Então, eu queria já deixar esse encaminhamento.

Tenho certeza de que deputada federal Erika Kokay, no Congresso Nacional, participará dessa frente ampliada. Tenho certeza de que a deputada Paula Belmonte fará o mesmo nesta casa.

Vamos caminhar junto com as organizações, as entidades, os movimentos sociais, as associações e as pessoas individualmente. Faremos esse esforço coletivo para ampliarmos esse debate com as instituições do poder público instituído.

Deputada federal Erika Kokay, antes de passar a palavra a vossa excelência, quero trazer 2 questões para nossa reflexão. Eu as considero muito importantes.

Acabou de ser publicada, deputada Paula Belmonte, a pauta da reunião do Colégio de Líderes de segunda-feira. Está na pauta o Projeto de Lei nº 1.627/2020, de autoria do deputado Iolando, que trata do licenciamento ambiental no Distrito Federal. O projeto traz algumas mudanças na atual legislação e flexibilizações que acho importante avaliarmos. Há consequências muito graves para a cidade. O professor Benny chegou a dizer que, enquanto estamos distraídos, outros processos vão acontecendo. Acho importante debater, no Colégio de Líderes, mais profundamente a flexibilização do licenciamento ambiental no Distrito Federal. Mesmo que o projeto de lei em questão seja de 2020, ele entra na pauta agora, no meio deste debate do PDOT.

Vou mudar um pouco de assunto, mas, neste momento em que estamos reunidos, eu não poderia deixar de falar de uma questão. Sei que não é a área do promotor Dênio, mas é que nós fomos surpreendidos com uma ação do governo Ibaneis, que decidiu hoje executar uma multa de 6 milhões de reais contra os professores desta cidade. A multa é para o Sindicato dos Professores, o Sinpro, e é relativa à greve de 2023.

Falo isso porque os professores estão em campanha salarial. Houve uma assembleia semana passada para abrir uma mesa de negociação com o Governo do Distrito Federal. Foi pautado, na assembleia dos professores, o estado de greve, que é um estado de mobilização da categoria, para que a negociação possa avançar. E, no meio desse processo, o governo resolve executar uma multa de 6 milhões de reais! Essa é uma prática antissindical. Um governo que, nesta cidade, já anistiou vários setores com benefício fiscal – votamos, recentemente, mais um nesta casa – agora executa uma multa de 6 milhões de reais para os professores e as professoras desta cidade. Isso é um completo absurdo.

Estou fazendo esta denúncia – sei que não é a área do Dênio, mas aproveito a presença do Ministério Público – com o objetivo de mobilizar esta casa e a sociedade contra essa grande injustiça, essa perseguição a uma categoria tão fundamental para o Distrito Federal. Lamento e repudio isso. Digo publicamente, nesta sessão, que vamos atrás dos mecanismos possíveis e necessários para evitar essa penalidade desproporcional.

Mais uma vez, digo que esta é uma prática antissindical muito grave na capital do país, enquanto o Sinpro está em campanha salarial. Inclusive, a assembleia está marcada. Essa notícia é lamentável.

Eu também sou professor. A nossa categoria recebe essa notícia, mais uma, de perseguição.

Concedo a palavra à deputada federal Erika Kokay.

ERIKA KOKAY – Isso acontece no meio de um processo extremamente obscuro de compra do Banco Master pelo BRB. Foram comprados 8 bilhões em carteiras do Banco Master. A liquidez do Banco Master está sendo fornecida e sustentada pelo BRB. E agora são mais 2 bilhões, sem controle acionário da instituição. Expresso minha solidariedade ao sindicato e a todos os professores, professoras, orientadores e orientadoras.

A discussão do PDOT é absolutamente fundamental, porque envolve muita coisa. Envolve o bem-viver, a forma de organizar a cidade, o município. Envolve um ordenamento territorial – parece-me haver uma desordem territorial. Temos alguns desafios, como enfrentar a grilagem. Há um nível de grilagem no Distrito Federal, em regiões como Brazlândia e São Sebastião, bem intenso, que quase foge do controle.

Depois da grilagem efetivada, estabelece-se a ocupação como fato consumado e trabalha-se na regularização do que teve origem na própria grilagem. Estamos, na câmara federal, com uma discussão sobre a desafetação de parte da Flona para o 26 de Setembro e para o Maranata, e queremos no mínimo uma compensação, pois não houve compensação na mesma proporção. Ao mesmo tempo, uma parte da área que foi desafetada não deveria ter sido, pois não está com o adensamento urbano posto ali.

Portanto, é preciso estar atento e forte, lembrando a canção. Precisamos enfrentar a grilagem e a especulação imobiliária. A cidade não pode ser pensada a partir dos interesses empresariais, ela tem que ser pensada a partir das pessoas, porque já vivemos uma apartação social. Nas cidades, você não tem mais direito às praças, não tem mais direito às noites. Elas estão sendo arrancadas da

população. A população sai, trabalha e volta para sua casa, fica apartada. São as imposições das solidões para as pessoas que ocupam a cidade. Não há mais espaços coletivos.

Quando se fala em grilagem, fala-se em destruição ambiental. A lei do parcelamento assegura o respeito ao Código Florestal, mas não há fiscalização para garantir isso. A cidade tem que ser uma harmonia. Têm que ser preservadas as suas áreas livres, suas áreas de respiro, suas áreas de lazer, suas áreas coletivas; e tudo isso está sendo desrespeitado.

A questão do rio Melchior é um verdadeiro escândalo, assim como a da termoelétrica, em função do gasoduto. Isso foi introduzido no projeto de privatização da Eletrobras como um jabuti, uma matéria estranha ao texto ou ao assunto. Eles introduziram as termoelétricas e, a partir daí, construiu-se um processo que interessa a alguém, alguém está lucrando com isso.

Quanto ao gasoduto, queremos saber se essa é a energia de que o Brasil precisa neste momento, pois temos outras formas de energia. Criamos uma termoelétrica que vai sepultar o rio Melchior, na minha avaliação, porque é um rio que já está bastante comprometido – isso foi falado pela deputada Paula Belmonte. Ele está na verdade contaminando os lençóis freáticos, ou seja, está contaminando o que a população consome. E vai-se tirar mais água do que será devolvida; e a água que será devolvida é uma água aquecida. Então tiramos mais água para manter a termoelétrica do que vamos devolver. E, quando devolvermos, será uma água aquecida, que impacta a vida no rio. Haverá também o processo de contaminação da própria população, além de termos que dali tirar uma escola.

Portanto, não há justificativa para termos essa termoelétrica. Nós faremos em maio uma audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir isso. Já estivemos com o Ibama, levamos para o presidente todas as preocupações que temos com a termoelétrica e dissemos que ela não pode vingar por uma série de motivos. Eles estão bastante atentos a todo esse processo, bastante atentos.

Houve a suspensão da audiência pública, mas, em rigor, talvez ela não seja necessária. Ela não é uma condicionante para a realização do processo, se o Ibama entender que há uma urgência para o fornecimento de energia. Por isso é muito bom voltarmos ao Ibama. Fizemos essa discussão, e o Ibama está atento a todo esse processo. Ele conhece bastante todo o processo, sabe que o gasoduto vai para a agroindústria, provavelmente, ou para desenvolver a produção de fora do Distrito Federal. Será ali em Goiás – perto do Distrito Federal, mas em Goiás.

Há uma destruição dos parques ou um desprezo com eles. Muitas vezes, os parques existem, mas não são cuidados. Eles são os espaços coletivos, espaços de ilhas, ilhas de ventilação, ilhas de sombreamento, ilhas para que possamos ter o bem-viver. Brasília, que foi pensada... Brasília vive com os puxadinhos. Na Câmara Legislativa do Distrito Federal eu fui contra os puxadinhos – quando foram aprovados –, porque a existência dos puxadinhos significa que você vai puxando daqui, vai puxando de lá, vai tirando e vai aumentando a volumetria, distorcendo o que seriam as escalas no Plano Piloto.

Falo do Plano Piloto, mas há um risco muito grande nas áreas rurais. Quando se transforma a área rural em área urbana, há um impacto, como disse a deputada Paula Belmonte. O impacto é muito maior, no esgotamento sanitário, no tráfego, na produção rural. Haverá inúmeros impactos, porque uma propriedade deve ter 2 hectares, portanto ela é de baixo adensamento. A transformação vai adensá-la de forma profunda. Esse é o desafio do Lago Oeste.

O Lago Oeste foi passado da União para o Governo do Distrito Federal e já foi anunciado que se transformará em área urbana, o que resultará em mais lucro. Eu lembro do PDOT, estava aqui na Câmara Legislativa em 2009 ou 2010 e vi o que foi feito. Havia um secretário – não me lembro de qual pasta – que se sentava no cafezinho – era na antiga sede – para receber os deputados. Aquilo parecia fila de banco: “Próximo, próximo”. Ele recebia os deputados, que chegavam com suas demandas debaixo do braço dizendo do que precisavam. Eu ouvia coisas como: “Preciso disso, porque eu tenho uma rádio e preciso que ela funcione aqui, mas a área é rural” ou “Preciso disso, porque tenho um empreendimento”. O secretário atendia dizendo: “Ok, ok”. Foi isso que aconteceu.

Não tivemos tempo para apreciar o PDOT, como a deputada Paula Belmonte mencionou. Além de não ter tempo, havia as emendas. Aquele secretário recebia os parlamentares com diversas emendas e decidia. Assim, várias áreas rurais foram transformadas em áreas urbanas. Lembro da área do Chapéu de Couro, onde as pessoas dormiam com seus imóveis valendo 100 mil reais e acordavam com eles valendo 1 milhão devido à valorização urbana. Um imóvel urbano submetido a adensamento gera muito mais lucro.

A avaliação do Ibaneis de quanto a Terracap vai lucrar com o Lago Oeste foi feita a partir de uma concepção urbana. Trata-se de saber quando ali será transformado em condomínio. Isso está acontecendo na Serrinha, com muita resistência, e no Quinhão 16. Isso é inadmissível. Deputado

Gabriel Magno, como o senhor mencionou o “passa a boiada” durante a pandemia, enquanto as pessoas estavam morrendo, aproveitaram para “passar a boiada”, deixando marcas dos cascos nas nossas peles e almas.

Portanto, eu penso, deputado Gabriel Magno, que, além de todas essas iniciativas, é preciso lutar para construir o Cras, que é um instrumento importante, onde temos profissionais da assistência que atendem um volume imenso de pessoas, mesmo com uma carência de profissionais, mas eles trabalham de forma muito profissional e humanística. Eles puxam fiapos de vida e os transformam em direitos para que a vida provoque riso e não choro.

É importante ter o Cras, mas, quando eles pegam a fila e passam as pessoas para o 156, não resolvem nada. Quando as pessoas não são atendidas nem fazem o agendamento presencial, resta o 156, que ninguém consegue acessar também. Quando havia fila no Cras, todo mundo via. Agora a fila é invisível, mas continua existindo. As pessoas não conseguem acessar o serviço do Cras. Por isso, é preciso haver mais profissionais. Precisamos valorizar a carreira dos profissionais do Cras, considerando que são fundamentais para a construção de direitos.

Pessoal do Cras, contem conosco – todas as pessoas presentes, em especial a parlamentar e o parlamentar – nessa construção.

Penso que deveríamos construir um fórum popular para discutir e reunir todas as entidades. Penso ser absolutamente fundamental o Fórum de Defesa das Águas do Distrito Federal, que abrange questões de água, terra e floresta, pois unifica, vai fazendo as tranças. Há muita gente trabalhando em defesa do meio ambiente, contra a termelétrica e em defesa dos parques, como é o caso do Instituto Arayara e de tantas outras entidades. Portanto, a questão é: “Como podemos construir e lançar, aqui na Câmara Legislativa ou em qualquer outro espaço, um fórum popular para apreciação e acompanhamento do PDOT?”

Não adianta haver audiências públicas se não for dada liberdade. É importante que haja audiências públicas e que as pessoas participem delas, mas elas devem servir para construir pactos entre a população, a sociedade civil e o Poder Executivo. Esse deveria ser o principal objetivo. No entanto, na prática, as audiências públicas nem sempre permitem que haja espaço em suas deliberações para que todos possam ter oportunidade de fala. Há uma miríade de assuntos, com uma vasta gama de temas que surgem e que, em alguns casos, mereceriam discussões específicas. Por exemplo, ao se trabalhar no tema das áreas rurais, que se discutam as áreas rurais. Podemos discutir as áreas ambientais, as áreas de proteção dos mananciais, as áreas de proteção permanente, as áreas de proteção ambiental, entre tantas outras.

Amanhã teremos uma reunião para discutir a questão da parceria com a Flona. Confesso que não estou entendendo direito isso. Como é que se faz uma parceria privada para administrar um espaço que deve ser gerido, preservado e protegido pelo poder público, para além da própria sociedade?

Então, minha sugestão é que reunamos todos os movimentos sociais, com diferentes olhares. Alguns focam na mobilidade, como foi mencionado. Há também os que abordam questões relacionadas aos serviços públicos, que devem ser assegurados por serem essenciais. Além disso, temos a perspectiva ambiental e a questão territorial que envolve o enfrentamento das questões que definem o tipo de cidade que desejamos ordenada para possibilitar o bem viver e a felicidade dos que nela vivem.

O PDOT, em sua essência, visa ao ordenamento territorial. Vale dizer que muitos crimes contra o ordenamento territorial, contra o meio ambiente e contra a própria população são cometidos por meio do próprio PDOT, que seria o plano diretor para o ordenamento territorial.

Então, sugiro que criemos esse fórum e iniciemos uma discussão de todos os aspectos com vivacidade, para que possamos realizar uma revisão do PDOT que não atenda a interesses que não podem ser citados, mas que preserve nossas áreas ambientais e cuide das águas abraçadas. O fenômeno das águas abraçadas joga água para fora do próprio Brasil e está em risco em grande parte devido à especulação imobiliária e à grilagem de terras. Essa questão da grilagem pode ser construída de forma extremamente organizada contra o povo, ou seja, ela apresenta estrutura de organização criminosa. Portanto, é preciso que criemos os fóruns necessários para enfrentarmos todos esses desafios.

Encerro dizendo: “Xô, termelétrica!” (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Muito bem, deputada federal Erika Kokay.

Hoje, recebemos 12 documentos. Houve 2 intervenções por escrito: da Mary Alba, do Núcleo

Rural Córrego do Torto, e da Larissa Schmidt, do Comdema do Jardim Botânico, também com proposições que estamos incorporando aos encaminhamentos desta comissão geral.

Deputada Paula Belmonte, sugiro que as nossas assessorias desenvolvam a criação dessa frente em conjunto. Nós já a assinamos. O deputado Chico Vigilante esteve presente hoje, e creio que ele a assina também. Também esteve presente a assessoria do deputado Fábio Félix. Precisamos de 8 assinaturas para a constituição da frente parlamentar...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Acho que conseguimos 7 assinaturas, mas acredito que dê para alcançar as 8.

Precisamos criar a frente parlamentar de acompanhamento do PDOT, para pensarmos juntos. Eu disse, mais cedo, que a CPI do Rio Melchior vai contribuir muito nesse debate, com um recorte importante na própria discussão do PDOT nesses meses em que ela funcionará.

Além disso, podemos pensar na elaboração de um calendário de mais discussões e debates fora da Câmara Legislativa, com outras metodologias de participação ativa da sociedade, para que possamos incorporá-las. Acho que o pedido mais urgente é a ampliação do prazo para apresentação de contribuições. Vamos encaminhar esse pedido tanto para a Seduh quanto para outros órgãos.

Pergunto se há mais alguém que queira fazer considerações.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Presidente, eu quero fazer uma pergunta para a qual minha assessoria já havia me chamado a atenção. A deputada federal Erika Kokay mencionou a questão também.

Há 26 áreas passíveis de regularização. Eu não sei se foi falado, nesta audiência, sobre as licenças ambientais. O governo, por meio do PDOT, está fazendo uma proposta de regularizar 26 áreas, mas nós não temos conhecimento das licenças ambientais para isso. Essa é uma preocupação que temos.

Mais uma vez, reforço a necessidade de dilatar o prazo para as contribuições, porque não há um documento para saber com o que vamos contribuir. Não há um mapa correto para sabermos como contribuir e ainda estão dando prazo para darmos contribuição. Isso não tem lógica. Então, quero deixar isso registrado.

Não sei se foi falado sobre a questão da licença ambiental, que é fundamental para a regularização desses locais.

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Isso será incorporado aos encaminhamentos.

ERIKA KOKAY – É óbvio que queremos que as pessoas tenham seus espaços regularizados. É claro. Mas é necessário analisar e verificar o impacto ambiental, o impacto de vizinhança e tantos outros impactos que são importantes. É evidente que queremos regularizar. Por exemplo, nós queremos regularizar o Lago Oeste como área rural. Quer a área rural? Precisa avançar na regularização.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Sim. Vamos incorporar todos os apontamentos.

O deputado Chico Vigilante falou, deputada Paula Belmonte e deputada federal Erika Kokay, sobre uma preocupação importante. Acredito que essa questão do licenciamento se insere nela. É fundamental analisar isso para garantir o direito das pessoas. O que não pode acontecer é uma tentativa de legalizar as irregularidades; não dá para legalizar o que é ilegal, como a grilagem e as invasões deliberadas que sabemos que há no Distrito Federal. Não dá para construir um plano para legalizar o que sabemos que tem acontecido ao longo da história do Distrito Federal. É preciso separar as situações e fazer o balanço entre o que é ou não o direito das pessoas a ter acesso a moradia, a serviços públicos e a outras coisas. Isso é fundamental.

Pergunto se há mais algum encaminhamento que podemos incorporar. (Pausa.)

Agradeço a presença de todos. Há muitas demandas. A última audiência pública que fizemos em Ceilândia sobre a termoeletrica durou até quase meia-noite, porque há muito assunto. Hoje, infelizmente, nós precisamos entregar o plenário às 19 horas. Já estamos um pouco atrasados.

Agradeço a presença de todas e todos. Agradeço aos servidores desta casa – do Cerimonial, Clarissa e Daniela; da Polícia Legislativa, Janaína, João, Eugênio e Hermano; do Setor de Apoio ao Plenário, Roger; do serviço de copa, Sara e Rose, que nos serviram aqui hoje; da TV Distrital, Carlos, Jonatas, Wanderson, Aricelio, Sant Clair, José Vítor e Luiz Cosme. Agradeço à taquigrafia, que garante que tudo que falamos seja devidamente registrado para podermos criar memória desse processo; aos servidores do nosso gabinete; aos servidores dos gabinetes dos deputados que estiveram aqui e a todos que estão na mesa. Muito obrigado.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ABJD – Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
APA – Área de Proteção Ambiental
APM – Área de Proteção de Mananciais
APP – Área de Preservação Permanente
Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico
Arine – Área de Regularização de Interesse Específico
Aris – Área de Regularização de Interesse Social
BI – Business Intelligence; em português, Inteligência de Negócios
BRB – Banco de Brasília
CA – Centro de Atividades
Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAU-DF – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal
Ceasa – Centrais de Abastecimento
Cepi – Centro de Educação da Primeira Infância
CGP – Conselho de Gestão Participativa
Codese – Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
Comdema – Comissão de Defesa do Meio Ambiente
Conplan – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
COP 30 – 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Cras – Centro de Referência de Assistência Social
EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança
ETCR – Empresa de Regularização de Terras Rurais
Flona – Floresta Nacional de Brasília
GDF – Governo do Distrito Federal
GTI – Grupo de Trabalho Interinstitucional
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
IAPI – Conjunto habitacional informal que recebeu esse nome em referência ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal — Brasília Ambiental
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
Luos – Lei de Uso e Ocupação do Solo
MP – Ministério Público
MSPW – Mansões Suburbanas Park Way
ONU – Organização das Nações Unidas
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PDTU – Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade
PIB – Produto Interno Bruto
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
Prourb – Promotora de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística
RA – Região Administrativa
Saneago – Saneamento de Goiás S.A.
Secom – Secretaria de Comunicação
Seduh – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

